

INT-1967

~~CEPAL (1967)~~

PERCEPÇÕES DAS ELITES DO CONE SUL
SOBRE AS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DO BRASIL

(Relatório Preliminar – Reservado)

AGOSTO 1998

IPEA/CEPAL

Coordenação Geral:

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais – USP

Prof. Dr. José Augusto Guilhon Albuquerque – coordenador geral

Dr. Henrique Altemani de Oliveira – consultor

Ricardo Ubiracy Sennes – pesquisador

Amâncio Jorge Oliveira – pesquisador

Denilde Holzacker – pesquisadora

Argentina:

Laura Muchnik – coordenadora

Uruguai:

Dr. Jorge Lanzaro – coordenador

Paraguai:

Dr. José Simón - coordenador



PERCEPÇÃO DAS ELITES DO CONE SUL SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

Relatório analítico preliminar

Resumo executivo

Este relatório compreende três temas das relações internacionais do Brasil: política externa, competitividade da economia e integração regional. No primeiro trata-se de questões relativas à formulação e alcance da política externa brasileira, suas prioridades na região e sua influência no mundo. No segundo, de uma avaliação de diversos setores da economia brasileira em geral, de suas empresas, empresários e produtos, tanto do ponto de vista de sua competitividade internacional e regional quanto do risco que representa para os países da amostra. No terceiro aborda-se o papel desempenhado pelo Brasil no processo de integração regional, importância do comércio da região e percepção dos impactos da integração regional e da globalização sobre o Brasil e os demais países da região.

As principais conclusões preliminares são as seguintes:

1. A percepção do Brasil por nossos parceiros no Mercosul é muito favorável, tanto no que diz respeito à visão geral do país e a simpatia com que é encarado, como no que diz respeito às expectativas de crescimento e competitividade de sua economia, e ainda quanto à sua capacidade de influência, sobretudo na região.
2. Apesar do peso desproporcional de sua economia e população, de seu desejo de liderança na região, da expectativa de que seja o maior beneficiário do processo de integração, e até de um certo temor, provavelmente ligado ao seu passado expansionista, é nítida a percepção de uma liderança benigna, que não tende a suscitar ressentimento. Em contraste, a antipatia voltada aos EUA chega ao ponto de ofuscar até a percepção de seu verdadeiro peso econômico na região.
3. A imagem do Brasil é bastante homogênea, sendo exceção os casos em que as atitudes e avaliações variam de forma significativa entre os diversos setores das elites, embora variem entre os diferentes países, mas sempre como modulações dentro de uma mesma tendência, e raramente invertendo o sentido das avaliações.

4. As diferenças mais acentuadas entre setores das elites são as que distinguem os setores governamentais – geralmente mais otimistas e inclinados a uma visão benigna do Brasil – dos setores não empresariais da sociedade civil – basicamente intelectuais e lideranças sindicais - com uma visão simultaneamente mais pessimista e menos benigna do Brasil em um conjunto limitado de aspectos.
5. As diferenças mais freqüentes entre países são as que algumas vezes separam os argentinos – menos otimistas e simpáticos ao Brasil - dos demais. Questões que permitem comparar as visões dos entrevistados sobre seu próprio país e os demais, inclusive o Brasil, sugerem que os três países tendem a compartilhar uma visão de dois padrões distintos compreendendo Brasil-Argentina e Paraguai-Uruguai.
6. Apesar dessas diferenças entre países, há uma convergência significativa em torno da imagem de uma liderança efetiva e benéfica para a região, cuja aspiração a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas é legítima e seria útil para a região, aspiração à qual não se justifica a oposição do governo argentino, rejeitada inclusive por metade da própria elite daquele país.
7. Dentro de uma imagem geralmente favorável e superlativa, a percepção do Brasil tende a ser matizada e, por vezes, discrepante em algumas questões relevantes da política externa, da competitividade da economia e da atuação regional: na atuação externa, destaca-se um descompasso entre um potencial considerável de influência internacional com pouca efetividade. Na competitividade da economia, uma pujança econômica baseada mais em mão-de-obra abundante e atração de capitais estrangeiros do que em mão de obra de qualidade, tecnologia, infra-estrutura, e uma competitividade mais baseada em preços do que em qualidade e confiabilidade dos produtos. Na atuação regional, uma liderança que reverte em benefício da região, mas que dedica ao Mercosul e à Alca prioridade menor do que os demais parceiros.

*PERCEPÇÃO DAS ELITES DO CONE SUL SOBRE AS RELAÇÕES
EXTERNAS DO BRASIL*

RELATÓRIO ANALÍTICO PRELIMINAR

I. Competitividade da Economia brasileira

1. Competitividade da economia como um todo
2. Infra-estrutura e competitividade
3. Competitividade do produto brasileiro
4. Competitividade das empresas
5. Avaliação dos riscos da competição com o Brasil

II. Integração regional

1. Atuação do Brasil no foros de integração econômica
2. Principais parceiros comerciais e grau de rejeição aos parceiros
3. Prioridades da integração para cada país
4. Impactos do Mercosul em cada país
5. Impactos do Mercosul sobre o Brasil
6. Euforia da integração
7. Impactos da globalização

III. Formulação e alcance da Política externa Brasileira

1. Influência dos atores na definição da Política Externa Brasileira
2. Influência externa do Brasil
 - Influência na OMC
 - Influência no CSNU
3. Liderança regional e extra-regional
 - Capacidade de influência externa
 - Objetivos da atuação regional
 - Participação no Conselho de Segurança

I. COMPETITIVIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

Neste ítem a percepção do Brasil por nossos parceiros do Cone Sul pode ser avaliada em três rubricas principais: a competitividade da economia como um todo, as potencialidades da infraestrutura e a competitividade das empresas, medidas por meio do produto, da atuação das empresas e dos empresários.

1. Competitividade da economia como um todo.

A visão das elites do Cone Sul sobre a competitividade da economia brasileira é bastante homogênea e positiva, com poucas variações significativas entre os setores da elite. De modo geral a avaliação do Brasil é de mediana para alta. Entre 60% e 90% estimam que o Brasil detém capacidade média ou alta para atrair investimentos, estabelecer redes de negócios internacionais, competir em mão de obra barata, enquanto para competir com mão de obra qualificada, em tecnologia, ou fazer investimentos no exterior, a avaliação é mais baixa, concentrando-se em competitividade mediana.

Quadro 1- Numa escala de 1 a 5 - onde 1 significa pouca e 5 significa muita - qual a capacidade do Brasil para:

(Conjunto da Amostra)

% de notas 4 e 5

Atrair investimentos internacionais	93,1
Competir em mão-de-obra abundante e barata	85,2
Estabelecer redes de negócios internacionais	66,2
Desenvolver tecnologia	45,6
Fazer investimentos no exterior	35,9*
Competir em mão-de-obra qualificada	22,5*

* Variações significativas por setor da elite

De modo geral essas avaliações independem do setor da elite a que pertencem os entrevistados, com exceção de uma clara oposição entre empresários e governo, nos itens em que a avaliação é menos otimista. Enquanto o governo tende a ter uma visão mais favorável da competitividade brasileira em itens tais como capacidade de investimento no exterior, base tecnológica e mão-de-obra qualificada, os empresários tendem a avaliar o Brasil em nível mais baixo. Ver Tabela 1

Tabela 1 - Capacidade do Brasil para investir no exterior por setores da sociedade (%)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel/Sind	
Pouca capacidade	7,8	8,7	15,2	7,2	9,7
2	15,7	18,8	24,5	12,8	17,8
3	35,7	32,9	33,8	31,7	33,3
4	33,0	25,5	13,2	27,8	24,5
Muita Capacidade	7,0	11,4	9,9	15,6	11,4
NS	0,9	2,7	3,3	5,0	3,2
Total	(115)	(149)	(151)	(180)	(595)

Como se pode notar na tabela acima, os empresários são relativamente duas vezes mais numerosos do que o governo a considerar pouca a capacidade do Brasil para investir no exterior. De fato, apenas 23,5% dos membros do governo fazem essa avaliação mais baixa, contra 40,0% dos empresários. No pólo oposto, 40,0% do governo avalia alta a capacidade de investimento do Brasil no exterior, contra apenas 23,1% dos empresários.

Embora seja indiferenciada entre setores da elite, a avaliação da competitividade da economia brasileira é bastante diversificada entre os países. Argentina e Paraguai tendem a ser menos otimistas do que o Uruguai. O item referente à capacidade de atração de investimentos estrangeiros é exemplar, porque a avaliação em geral é muito alta, revelando-se plenamente consensual. De fato, 93,1% do total de entrevistados nos três países concorda em que o Brasil detém muita capacidade para atrair investimentos. Como se vê na Tabela 2, abaixo, 70,5% dos uruguaios dão nota 5 ao Brasil numa escala de 1 a 5,

contra 55,9% dos argentinos, ficando os paraguaios numa posição intermediária. Em contraste, 41,0% dos argentinos avaliam mais medianamente o Brasil (notas 3 e 4 na mesma escala), comparados com apenas 29,5% dos uruguaios e igual proporção entre os paraguaios.

Tabela 2 - Capacidade do Brasil para atrair investimentos estrangeiros por País do Entrevistado (%)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca Capacidade	0,5	0,0	0,0	0,2
2	1,0	1,0	0,0	0,7
3	7,7	3,0	4,0	4,9
4	33,3	26,5	25,5	28,4
Muita Capacidade	55,9	67,5	70,5	64,7
NS	1,5	2,0	0,0	1,2
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

2. Infra-estrutura competitiva

Neste item foram consideradas a infraestrutura energética, de transportes e de comunicações. De novo os entrevistados no seu conjunto apresentam uma percepção bastante homogênea, entre mediana e moderadamente alta da competitividade brasileira nesses itens.

Quadro 2 – Numa escala de 1 a 5 – onde 1 significa pouca e 5 significa muita - qual a capacidade do Brasil para competir em:

% de notas 3 e 4

Infraestrutura de comunicações	71,8*
Infraestrutura de transportes	70,5*
Infraestrutura energética	68,9

* Variações significativas por país

Entre os países, embora permanecendo entre mediana e alta, essa avaliação traduz uma diversidade de visões: os argentinos tendem a ser mais críticos e os paraguaios mais generosos. Quase dois terços dos paraguaios, por exemplo, consideram moderada a alta a competitividade da infraestrutura de transportes do Brasil, contra apenas 45,6% dos argentinos. Em contraste, 16,9% dos argentinos dão notas entre 1 e 2 para a infraestrutura brasileira de transportes, contra apenas 0,5% dos paraguaios. Ver Tabela 3

Tabela 3 - Capacidade do Brasil para competir em infraestrutura de transportes por País do Entrevistado (%)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca capacidade	3,6	,0	1,0	1,5
2	13,3	,5	13,5	9,1
3	31,3	35,0	30,5	32,3
4	29,2	51,0	34,0	38,2
Muita Capacidade	16,4	12,0	17,5	15,3
NS	6,2	1,5	3,5	3,7
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

3. *Competitividade do produto brasileiro*

Neste item consideraremos basicamente a qualidade, a confiabilidade e o preço dos produtos brasileiros. De modo geral, prevalece uma avaliação homogeneamente mediana ou abaixo da média com relação aos produtos brasileiros.

Quadro 3 - Os produtos brasileiros são melhores ou piores do que os demais produtos que conhece, numa escala de 1 a 5, onde 1 significa “muito pior” e 5 significa “muito melhor”:

	<i>% de 2 e 3</i>
Em termos de qualidade	86,3
Em termos de confiabilidade	82,0
Em termos de preços	36,2*

* Compare-se com 60,2% que deram notas 4 e 5. Houve variações significativas por setor neste item e por país em todos os itens.

Na maioria dos itens, os diferentes setores da elite não se distinguem entre si, mantendo a mesma avaliação, não se justificando apresentar aqui as tabelas respectivas. A única exceção é o preço, destacado pelos empresários mais do que pelos demais. Em contraste, a diferença se manifesta entre os países: os argentinos tendem a avaliar muito mal os produtos brasileiros, a não ser em termos de preços competitivos, item também avaliado alto pelos uruguaios, seguidos pelos paraguaios.

4. *Competitividade das empresas*

Três itens podem ser destacados para avaliar a competitividade das empresas brasileiras: a capacidade tecnológica, a qualificação da mão-de-obra e a organização moderna. De maneira geral, as elites coincidem em uma avaliação favorável, entre média e média alta, das empresas brasileiras, sem variações significativas entre os diferentes setores das elites.

Quadro 4 - Avalie, numa escala de 1 a 5 – onde 1 significa “muito pior” e 5 significa “muito melhor” - a atuação das empresas e empresários brasileiros nos seguintes itens:

	<i>% de 3 e 4</i>
Organização moderna	78,4
Capacidade tecnológica	77,9
Qualificação da mão-de-obra	60,7

As diferenças entre países, porém, são significativas, com os uruguaios avaliando muito melhor as empresas brasileiras (entre média-alta e alta) em relação aos membros das elites dos demais países, salvo no que diz respeito à qualificação da mão de obra, onde os paraguaios se destacam, avaliando ainda melhor nossas empresas. O Quadro 5 é um exemplo de como a avaliação das empresas brasileiras se hierarquiza entre os três países.

Quadro 5 - Concentração mediana* das avaliações por país das empresas brasileiras do ponto de vista da modernidade da organização por país, onde 1 significa pouco e 5 significa muito moderna

País do entrevistado	<i>Avaliações</i>				
	1	2	3	4	5
Argentina					
Paraguai					
Uruguai					

- A área sombreada concentra 50% das respostas por país.

5. Avaliação de riscos

Um conjunto de itens pode ser explorado como uma medida da percepção global do risco representado pela competição com o Brasil. Todos esses itens tomam os Estados Unidos como parâmetro para comparar o maior ou menor potencial de risco proporcionado pela competição com o Brasil. De maneira geral as elites não se definem com relação ao maior ou menor risco representado pela integração com a economia Brasileira, dividindo-se igualmente entre os que consideram competir com o Brasil menos arriscado, igualmente arriscado ou mais arriscado do que com os Estados Unidos. Os empresários brasileiros, por sua vez, são vistos como nem mais nem menos desleais do que os empresários americanos, porém mais protecionistas.

Quadro 6 - Comparação entre empresas e empresários brasileiros com empresas e empresários dos EUA (%)*

Risco da competição brasileira	BR<EUA		BR>EUA
	1	2	3
Risco das empresas brasileiras	31,1	30,9	31,1
Práticas desleais	8,6	57,1	27,4
Protecionismo dos empresários	1,5	17,6	78,8

* Conjunto da amostra

As diferenças de avaliação surgem entre os países. Os uruguaiois tendem a encarar a competição com as empresas brasileiras como mais arriscada do que dos EUA, e os paraguaiois o contrário. Os argentinois ficam numa posição intermediária. Para os argentinois, os empresários brasileirois são mais protecionistas do que os americanois, mas não são mais nem menos desleais. Já para os paraguaiois, exatamente o oposto: nem mais nem menos protecionistas, mas mais desleais. A Tabela 4 exemplifica essas variações por país.

Tabela 4 - As empresas brasileiras representam maior ou menor risco para empresas dos outros países do Cone Sul, por País do Entrevistado (%)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Menor Risco	22,7	41,5	29,0	31,1
Nem maior, nem menor	45,9	21,0	26,5	31,0
Maior Risco	25,8	27,5	40,0	31,1
NS	5,7	10,0	4,5	6,7
Total	(194)	(200)	(200)	(594)

Como se pode notar, metade dos argentinos (45,9%) considera que as empresas brasileiras não representam nem maior nem menor risco para a economia de seu país do que a dos EUA. Entre os paraguaios, proporção análoga (41,5%) acha que representam um risco menor, enquanto os uruguaios, nessa mesma proporção (40,0%), julgam que o risco é maior.

Outra medida de risco, esta de caráter global, diz respeito à questão da estabilidade econômica e política. Quanto maior a interdependência dos países do Cone Sul para com o Brasil, tanto maior o impacto sobre eles de eventuais processos de instabilidade em nosso país. É interessante notar que, a despeito da recuperação da estabilidade política e de sucessivos episódios que demonstraram uma significativa capacidade de resistir a processos que poderiam provocar desestabilização, e a despeito da relativa estabilidade de políticas macroeconômicas, não é grande o otimismo com relação ao desempenho das lideranças e instituições brasileiras nesse particular.

A grande maioria das elites (71,3%), apesar de flutuações significativas por setor da elite e por país, estima que a “capacidade do Brasil para garantir condições de estabilidade econômica e política” é média e média baixa, ou seja, situa-se entre 2 e 3 numa escala de 1 a 5. Ver Tabela 5.

Tabela 5 - Capacidade do Brasil para garantir condições de estabilidade econômica e política por setores da sociedade (%)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel/Sind	
Pouca capacidade	,9	4,0	13,2	8,9	7,2
2	22,6	22,8	29,8	23,3	24,7
3	46,1	54,4	43,0	43,3	46,6
4	22,6	11,4	10,6	16,1	14,8
Muita Capacidade	6,1	5,4	,7	3,9	3,9
NS	1,7	2,0	2,6	4,4	2,9
Total	(115)	(149)	(151)	(180)	(595)

Como se pode ver, os mais pessimistas são os empresários, que perfazem metade dos que atribuem a menor capacidade brasileira para garantir a estabilidade, isto é, 13,2% contra 7,2% do total de entrevistados. Os membros de partidos políticos ocupam uma posição intermediária, entre os quais a avaliação mediana (3, na escala de 1 a 5) é escolhida por 54,4%, por comparação a apenas 43% entre os empresários e outros membros da sociedade civil. Os mais otimistas são os membros do governo – executivo e legislativo – 28,7% dos quais avaliam como sendo alta e média alta a capacidade do Brasil de garantir a estabilidade econômica e política, contra apenas 11,3% entre os empresários (18,7% na população como um todo).

Tabela 6 - Capacidade do Brasil para garantir condições de estabilidade econômica e política por País do Entrevistado (%)

	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca capacidade	11,3	,5	10,0	7,2
2	29,7	13,0	31,5	24,7
3	42,1	57,0	40,5	46,6
4	9,2	21,0	14,0	14,8
Muita Capacidade	4,1	4,5	3,0	3,9
NS	3,6	4,0	1,0	2,9
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

Como mostra a tabela 6, os argentinos e os paraguaios se opõem claramente em termos de pessimismo e otimismo, enquanto os uruguaiois ocupam uma posição mais difusa. Os argentinos compreendem metade dos que avaliam com mais pessimismo a capacidade do Brasil para garantir estabilidade, atribuindo notas 1 e 2 numa escala de 1 a 5. Além disso, 83% dos argentinos se concentram nas avaliações de mediana para baixo, contra 82% dos paraguaios que ocupam o lado oposto da escala, de mediana para cima. Em contraste, 96% dos uruguaiois se distribuem em torno das posições intermediárias, embora com maior inclinação para o pessimismo.

II. INTEGRAÇÃO REGIONAL

1. Atuação e influência do Brasil na integração regional

Nesta seção iremos analisar a percepção das elites dos nossos parceiros do Cone Sul sobre a atuação do Brasil nas negociações visando à integração regional. Como medida de percepção da atuação do Brasil nos processos integrativos analisaremos dois aspectos em particular: a influência do Brasil na criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e atuação do Brasil nas negociações do Mercosul com a União Européia e no âmbito da Alca.

A visão das elites do Cone Sul sobre a influência do Brasil na criação da Alca encontra-se claramente polarizada: um grupo, composto por 44% da amostra, avalia ter sido grande a influência do Brasil na recente iniciativa de implantação de uma área hemisférica de livre comércio, enquanto outro, 43%, - acredita ter o Brasil influenciado pouco ou “nem muito, nem pouco” o processo de criação da Alca. Essa percepção não varia significativamente em função dos setores da elite considerados, mas sim em função do país (ver tabela 7).

Tabela 7 - Influência do Brasil na iniciativa de criação da Alca por país (%)

	<i>País entrevistado</i>			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Pouca influência	27,7	30,5	21,0	26,3
Nem muita, nem pouca	16,9	17,5	14,5	16,3
Muita influência	43,5	27,9	62,0	44,2
Não Sabe	11,8	25,0	2,5	13,1
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

Conforme se observa na tabela 7, o Uruguai é o país com maior tendência a considerar o Brasil como muito influente na iniciativa de criação da Alca: 62% da elite uruguaia manifestam essa avaliação, contra apenas 27% da elite paraguaia e 43,6% da argentina. No caso do Paraguai chama atenção o grande percentual de membros de sua elite que afirmam não ter conhecimento sobre a influência do Brasil na iniciativa de criação da Alca: 25,0% da elite paraguaia afirma desconhecer essa questão, contra 12,0% dos argentinos e apenas 2,5% dos uruguaios.

Vejamos agora a atuação do Brasil em dois importantes fóruns de negociação envolvendo o Mercosul: a Alca e a União Européia. No que se refere à Alca, como se pode observar na tabela 8, cerca de 1/3 dos entrevistados dos 3 países considera a atuação brasileira benéfica ao seu próprio país. O Uruguai se distingue dos demais pelo elevado percentual de sua elite que considera a atuação brasileira prejudicial: 22,5% dos entrevistados do Uruguai fazem essa avaliação, contra 9,2% no caso da Argentina e 5,5% no caso do Paraguai. Chama a atenção ainda o elevado percentual da elite paraguaia (38,0%) que declara não saber aferir o impacto da atuação brasileira nesse fórum.

Tabela 8 - Atuação do Brasil nas negociações Mercosul-Alca (%)

<i>Negociações Mercosul-Alca</i>	<i>País do Entrevistado</i>			<i>Total</i>
	<i>Argentina</i>	<i>Paraguai</i>	<i>Uruguai</i>	
Benéfico	30,2	33,0	33,5	
Nem benéfico, nem prejudicial	27,4	23,5	33,0	
Prejudicial	9,2	5,5	22,5	
Não sabe	32,3	38,0	11,0	
Total	(195)	(200)	(200)	

A tabela 9 mostra a avaliação da atuação do Brasil nas negociações entre o Mercosul e União Européia. A tabela nos permite concluir que as elites do Cone Sul são mais otimistas em se tratando da atuação do Brasil nas negociações Mercosul-União Européia do que nas negociações Mercosul-Alca. Cerca de metade dos entrevistados

considera a atuação do Brasil benéfica ao seu país nas negociações com a União Européia. À semelhança do que ocorre no caso da Alca, a elite do Uruguai tende a ser mais pessimista do que a dos demais países na medida em que 10% dela julgam prejudicial ao interesse de seu país a atuação brasileira nessas negociação, contra apenas 4,6% da elite da Argentina e 1,5% da elite do Paraguai.

Tabela 9 - Atuação do Brasil nas negociações Mercosul-União Européia (%)

Negociações Mercosul-Alca	País do Entrevistado			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Benéfico	41,1	46,0	53,0	46,7
Nem benéfico, nem prejudicial	27,7	21,5	28,5	25,9
Prejudicial	4,6	1,5	10,0	5,3
Não sabe	26,2	31,0	8,5	21,8
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

2. Principais Parceiros Comerciais e Grau de Rejeição dos Parceiros

Os entrevistados tendem em geral a considerar relevante o comércio entre os países da região. O Brasil é apontado por 62,6% e a Argentina por 27% dos entrevistados como principais parceiros comerciais dos países do Cone Sul. Apenas 4,7% acham que os Estados Unidos são o principal parceiro comercial os países da região.

Quadro 7- Principais parceiros comerciais dos Países do Cone Sul (%)

(Conjunto da Amostra)

Principais Parceiros Comerciais	%
Brasil	62,6
Argentina	27,0
Estados Unidos	4,7
Alemanha	3,5
Outros	2,2

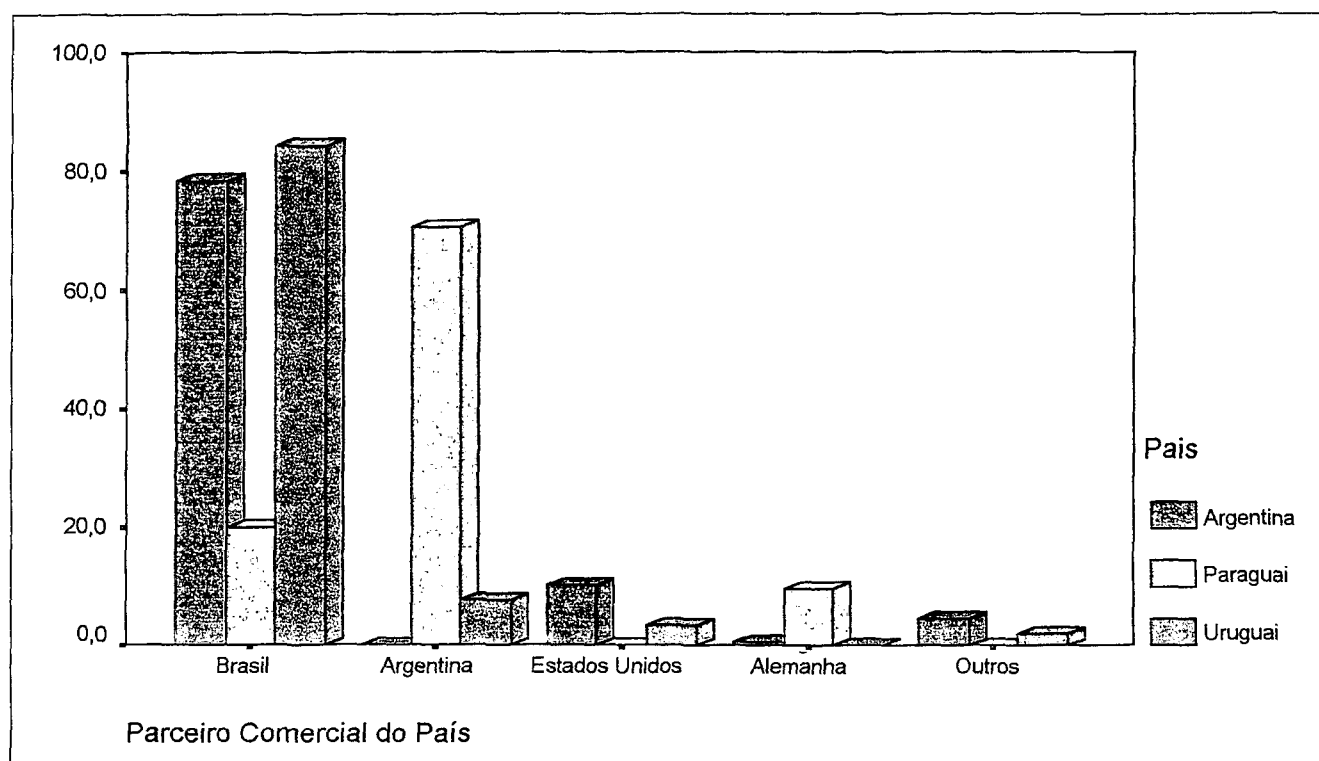
A acentuada percepção da importância do comércio na região é observada sem discrepância tanto entre os setores da sociedade como entre os diferentes países. De forma geral, não há variação significativa entre os setores da elite. Já entre os países, os paraguaios tendem a identificar a Argentina como principal parceiro do seu país e os uruguaios e argentinos apontam o Brasil.

Os uruguaios são os que identificam mais acentuadamente o Brasil como o principal parceiro comercial do seu país (86,7%) e, entre os argentinos, 81,8% também apontam o Brasil como seu principal parceiro. A maioria dos paraguaios (70%), entretanto, aponta a Argentina como principal parceiro comercial do seu país.

O comércio com países fora do eixo do Mercosul é considerado importante apenas por uma pequena parcela dos entrevistados. Os Estados Unidos é considerado um parceiro comercial importante por 10% dos argentinos e 3,6% entre os uruguaios. Nenhum paraguaio apontou os Estados Unidos como importante parceiro comercial para o seu país.

A Alemanha é apontada por 9,5% da elite paraguaia como principal parceiro comercial do seu país. Entre os argentinos 4,8% apontam outros países .

Gráfico 1 – Principais Parceiros Comerciais dos Países do Cone Sul por País do Entrevistado (%)



Com relação aos parceiros comerciais brasileiros os entrevistados acentuam a importância do comércio entre Brasil e Estados Unidos: de fato, 6% apontam os Estados Unidos como principal parceiro comercial do Brasil. Mas uma grande proporção ressalta o comércio no âmbito do Mercosul, principalmente entre Brasil e Argentina, apontada por 42,4% como o principal parceiro comercial do Brasil.

Quadro 8 – Principais Parceiros Comerciais do Brasil*

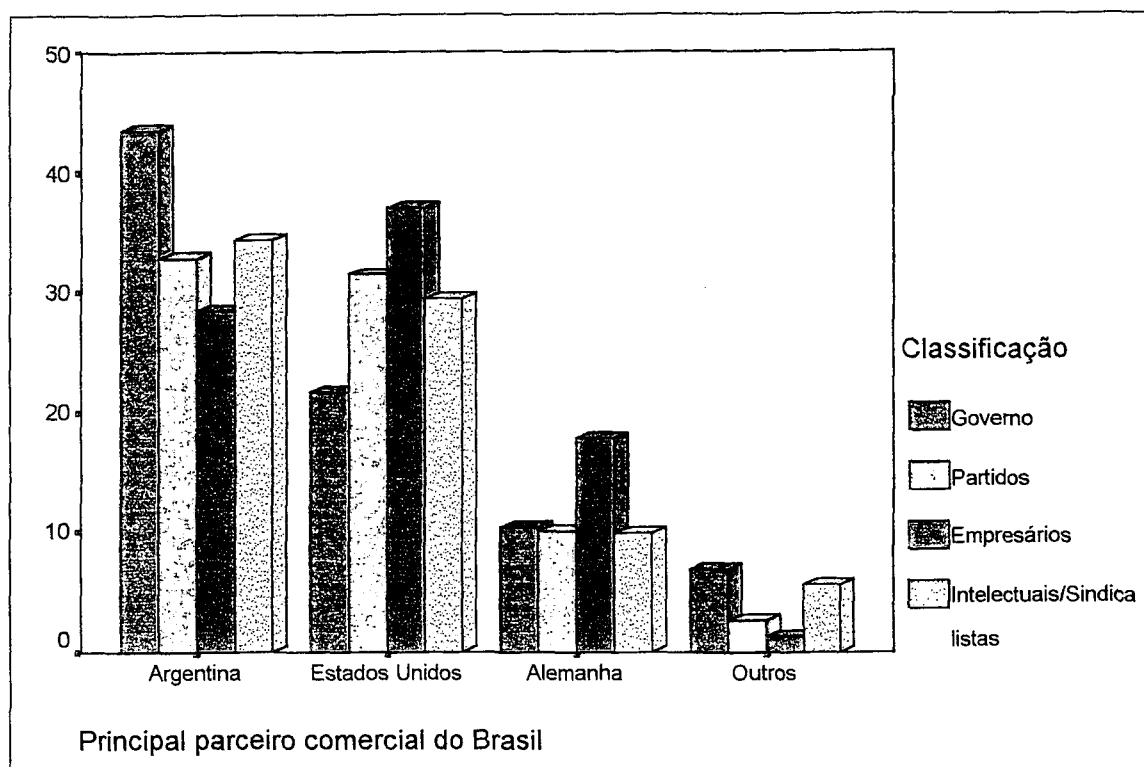
Principais Parceiros Comerciais	%
Argentina	42,4
Estados Unidos	37,6
Alemanha	15,0
Outros	5,0

*Conjunto da Amostra

As elites governamentais tendem a sublinhar a importância do comércio entre Brasil e Argentina. Para 52,2% a Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil. Os empresários, ao contrário, tendem a relativizar a importância da região no comércio brasileiro e a destacar o comércio brasileiro com a Alemanha: 20% dentre eles identificam a Alemanha como principal parceiro comercial do Brasil.

Os empresários são, também, os que mais identificam os Estados Unidos como principal parceiro comercial do Brasil (43%), já entre o setor governamental apenas 26% identificam a predominância americana no comércio externo do Brasil. Ver gráfico 2, abaixo.

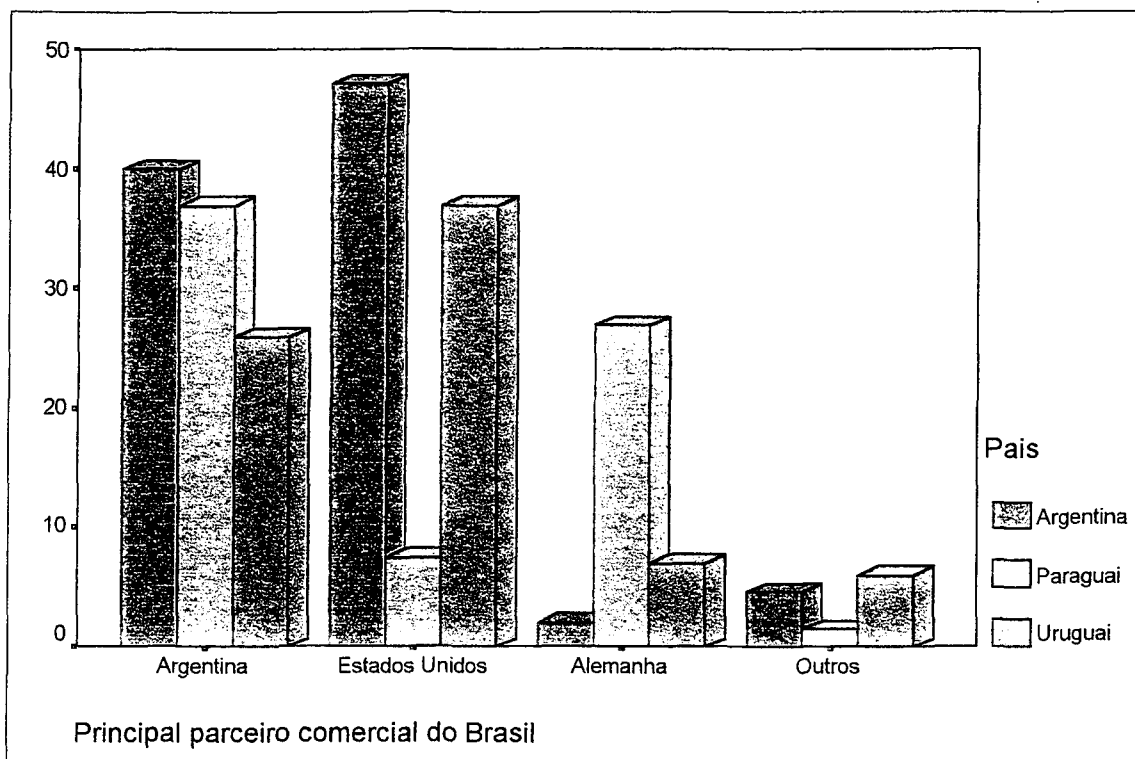
Gráfico 2 - Principais Parceiros Comerciais do Brasil por Setores da Elite (%)



Quando se leva em conta os diferentes países, nota-se que os argentinos e uruguaios percebem a importância do comércio regional para o Brasil, mas também identificam um outro importante parceiro que são os Estados Unidos. Os argentinos e uruguaios, 50,3% e 48,4%, respectivamente, identificam os Estados Unidos como importante parceiro comercial brasileiro, em contraste com a maioria dos paraguaios que aponta a Argentina como principal parceiro comercial do Brasil (49,7%). Entre os paraguaios, ainda, 36,2% apontam a Alemanha como o principal parceiro comercial do Brasil, contra apenas 2,2% entre os argentinos. Ver gráfico 3 abaixo

Pode-se observar com esses dados que os paraguaios não apenas apontam outros parceiros que não o Brasil para o seu país, mas também reagem de modo análogo no caso brasileiro. Os argentinos e uruguaios expressam um grau maior de dependência do mercado brasileiro do que os paraguaios. Os argentinos e uruguaios também são os que mais reconhecem a diversificação de parceiros comerciais do Brasil.

Gráfico 3 – Principais Parceiros Comerciais do Brasil por País do Entrevistado (%)



A importância das relações entre os países da região também pode ser analisada da perspectiva da maior aceitação ou rejeição que os entrevistados têm desses países. De forma geral a avaliação que as elites do Cone Sul fizeram dos países membros do Mercosul e do Chile e Estados Unidos é bastante positiva. O grau de rejeição é relativamente baixo, sendo que os Estados Unidos e o Paraguai possuem os maiores índices de rejeição.

No que se refere aos setores da sociedade há pouca variação, exceto quanto ao setor empresarial, que fez uma avaliação mais positiva dos Estados Unidos do que o total da amostra.

Quadro 9 – Qual dos seguintes países considera muito simpático, por País do Entrevistado (%)

Países Avaliados	País do Entrevistado		
	Uruguai	Argentina	Paraguai
Brasil	80,7	78,4	81,7
Uruguai		79,2	72,3
Argentina	63,0		32,5
Chile	56,3	30,9	45,5
Paraguai	45,8	27,0	
Estados Unidos	34,0	31,1	48,1

No quadro 9 pode-se observar que os uruguaios, depois do Brasil, são os mais aceitos e tendem a avaliar seus parceiros menos bem do que são avaliados por eles.

Já os argentinos usam dois padrões de avaliações: alto, para o Brasil e Uruguai (cerca de 80% consideram simpáticos) e mediano para baixo para os demais: cerca de 30% consideram simpáticos os EUA, o Chile e o Paraguai. Ao contrário dos uruguaios, tendem a ser avaliados menos bem do que avaliam seus parceiros do Mercosul. De fato, apenas 60% dos uruguaios os consideram simpáticos contra os 80% de argentinos que consideram o mesmo dos uruguaios. No caso do Paraguai, o grau de aceitação é baixo de lado a lado, em torno de 30%.

Os paraguaios parecem usar três padrões de aceitação-rejeição, mais alto para o Brasil e o Uruguai (81,2% e 72,3% respectivamente), outro intermediário para o Chile e os Estados Unidos (cerca de 50% os consideram simpáticos) e o mais baixo para a Argentina (cerca de 30%).

Nota-se que a elite entrevistada percebe de forma acentuada a importância da parceria comercial dos países da região e, ao mesmo tempo, avalia positivamente os

parceiros. O Brasil, que é considerado o principal parceiro comercial dos países da região, possui uma alta aceitação, os Estados Unidos, ao contrário, é altamente rejeitado e pouco apontado como importante para o comércio dos países do Cone Sul.

3. Prioridades da integração

Nesta seção iremos analisar o grau de prioridade que os nossos parceiros do Cone Sul conferem à integração regional. Destacaremos nesse caso dois aspectos principais: 1) grau de prioridade do Mercosul conferida pelo entrevistado ao seu próprio país e ao Brasil; 2) capacidade do Mercosul para alavancar o poder de negociação dos países do entrevistado e do Brasil.

a. Grau de prioridade da integração regional

Iremos avaliar neste item o grau de prioridade, para seus respectivos países e para o Brasil, conferido pelas elites do Cone Sul ao Mercosul e à Alca. Em termos gerais, como se pode observar no quadro 10, as elites consideram o Mercosul altamente prioritário, e esse grau de prioridade não varia significativamente entre os setores da elite.

O quadro 10 reúne os casos em que o Mercosul é considerado altamente prioritário para o próprio país e para o Brasil. Chama a atenção o fato do Mercosul ser, invariavelmente, considerado muito prioritário para o próprio país com mais frequência do que para os demais. A percepção sobre o grau de prioridade do Mercosul para o Brasil varia de forma significativa entre os países. Um percentual significativamente maior da elite argentina tende a considerar o Mercosul como “muito prioritário” para Brasil: cerca de 82,0%, contra 71,0% dos paraguaios e apenas 59,0% dos uruguaios.

Quadro 10 - Percentual dos que consideram o Mercosul muito prioritário para o seu país e para os demais parceiros do Mercosul (%)

País avaliado	<i>Avaliação das elites dos seguintes países</i>		
	Argentina	Paraguai	Uruguai
Argentina	86,0	60,0	78,0
Brasil	82,0	71,0	59,0
Paraguai	61,0	79,0	84,0
Uruguai	67,0	76,0	92,5

Esse quadro permite-nos observar a existência de dois padrões para avaliar as prioridades do Mercosul: um para avaliar os parceiros menores do Mercosul (Paraguai e Uruguai) e outro para parceiros maiores (Argentina e Brasil). O Paraguai tende a avaliar o Mercosul como mais prioritário para si próprio e o Uruguai. O Uruguai, por sua vez, tende a avaliar o Mercosul como mais prioritário para seu próprio país e o Paraguai. A Argentina, ao contrário, tende a avaliar o Mercosul como mais prioritários para ela própria e o Brasil.

Veremos agora o grau de prioridades da Área de Livre Comércio das Américas para os membros do Mercosul. O quadro 11 resume esse conjunto de percepções e mostra uma polarização nesse tema, tanto na Argentina como no Uruguai: cerca de 43,0% da elite argentina consideram a Alca muito prioritária para o seu país, contra 38,0% que não a consideram. No caso do Uruguai a elite também se encontra dividida: 50% consideram a Alca muito prioritária para o país, contra 48% que não a consideram. O Paraguai distingüe-se dos demais pelo baixo grau de prioridade creditada à integração hemisférica: 71,0% de sua elite não a consideram prioritária para seu próprio país, sendo que desse percentual, 48,0% julgam-na pouco prioritária, contra apenas 15,0% dos argentinos e 21,0% dos uruguaios.

Quadro 11 - Prioridades da Alca para o país do entrevistado e para o Brasil (%)

Grau de Prioridade	Para o seu país			Para o Brasil		
	Argentina	Paraguai	Uruguai	Argentina	Paraguai	Uruguai
Pouco Prioritário	14,9	48,5	20,5	14,4	24,0	24,0
Nem muito, nem pouco	23,1	22,5	27,0	22,8	37,0	22,0
Muito prioritário	42,6	11,0	50,0	36,9	29,0	50,0
Não sabe	19,5	18,0	5,7	25,6	10	4,0
Total	195	200	200	195	200	200

Também no quadro 11, acima, observa-se clara polarização de percepções, tanto na Argentina quanto no Uruguai, quanto à prioridade da Alca para o Brasil: 37,0% dos argentinos e 50% dos uruguaios consideram a Alca muito prioritária para o Brasil, contra 37% e 46% respectivamente que não a consideram.

Um percentual significativamente mais elevado da elite paraguaia tende a considerar a Alca indiferente para o Brasil: 37,0% fazem essa avaliação contra 23% da elite argentina e 22% da elite paraguaia.

b. Poder de negociação

De modo geral a elite do Cone Sul deposita grande otimismo na capacidade do Mercosul para ampliar o poder de negociação de seus respectivos países. Conforme se observa na tabela 10, 85% julgam que o Mercosul aumentará o poder de negociação de seu próprio país; 3,7% acham que o poder de negociação diminuirá e cerca de 9,0% acham que o Mercosul “não aumentará, nem diminuirá” o poder de negociação. Essa percepção não varia de forma significativa entre os setores da elite. Entre os países, ela varia em função do maior otimismo paraguaio: 94% da elite paraguaia avaliam positivamente o aumento da capacidade de negociação de seu país, contra 84% da elite argentina e 78% da elite uruguiaia. Por outro lado, significativamente maior o número de uruguaios que consideram que o Mercosul diminuirá o poder de negociação de seus

países: 8,0% da elite uruguaia fazem essa avaliação contra apenas 3,0% da elite argentina e 0,0 % da elite paraguaia.

Tabela 10 – Impacto do Mercosul sobre o poder de negociação de cada país (%)

	Poder de negociação de seu próprio país			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminuirá	3,1	0,0	8,0	3,7
Nem diminuirá, nem aumentará	10,8	4,5	12,5	9,2
Aumentará	84,1	94,0	78,0	85,4
Não sabe	1,5	1,5	1,5	1,5
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

O otimismo perdura quanto às possibilidades do Mercosul aumentar o poder de negociações do Brasil. Conforme se observa na tabela 11, cerca de 92,0% da elite do Cone Sul acreditam que o Mercosul alavancará o poder de negociação do Brasil. Como se pode ver, há grande homogeneidade de avaliações quer entre países. O mesmo ocorre entre os setores da sociedade.

Tabela 11 - Impacto do Mercosul sobre o poder de negociação do Brasil (%)
(Por País)

	Poder de negociação de seu próprio país			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminuirá	0,5	0,0	0,0	0,2
Nem um, nem outro	5,6	2,5	8,5	5,5
Aumentará	89,7	96,	90,5	92,1
Não sabe	3,6	1,5	1,0	2,0
Total	(195)	(200)	(200)	(595)

3. *Impactos do Mercosul em cada País*

Nesta seção iremos analisar a maneira como nossos parceiros do Mercosul percebem e avaliam os impactos da criação e implementação do Mercosul sobre seus próprios países. Podemos reunir as questões em três grupos de categorias: impactos *sociais*, envolvendo emprego, contrabando, imigrações ilegais; *econômicos*, envolvendo a produção agrícola, a indústria de transformação e os serviços financeiros; e finalmente impactos da interdependência, envolvendo o aumento dos investimentos estrangeiros diretos e a dependência com relação ao Brasil.

De modo geral, a percepção das elites é homogênea no conjunto dos países, com poucas diferenças entre setores, que não permitem desenhar um padrão: apenas os membros do governo se distinguem dos demais setores. Isto ocorre em apenas um item em cada uma das categorias citadas: aumento do emprego, aumento da dependência com relação ao Brasil, crescimento da indústria de transformação. No mais, tais impactos tendem a ser avaliados de maneira crescente entre as três categorias: os sociais, como sendo objeto de impactos medianos para médio-baixos, os econômicos, impactos medianos para médio-altos e, os de interdependência, médio-altos para altos. Ver Quadro 12.

Quadro 12 - Com a participação de seu país no Mercosul, avalie, para cada uma desses aspectos, numa escala de 1 a 5 – onde 1 significa “diminuiu muito” e 5 “aumentou muito”:

	<i>% de 2 e 3</i>
Emprego	75,0
Contrabando	67,6
Imigrações ilegais	58,8
	<i>% de 3 e 4</i>
Produção agrícola	71,7
Indústria de transformação	62,4
Serviços financeiros	68,5
	<i>% de 4 e 5</i>
Dependência com relação ao Brasil	76,6
Investimentos estrangeiros	44,1

a. Impactos do Mercosul de acordo com os países

Embora não variem significativamente entre as categorias que compõem a elite, os entrevistados apresentam visões diversificadas por país.

No que diz respeito aos impactos sobre aspectos sociais, os argentinos tendem a ser mais otimistas do que os demais, e os uruguaios mais pessimistas. Exceção a essa tendência se observa na questão relativa ao emprego, onde o Paraguai é muito mais otimista do que os demais, e os argentinos se revelam os mais pessimistas. Ver Tabela 12.

Tabela 12 - Avaliação do Impacto do Mercosul sobre o emprego por País do Entrevistado (%)

	País			Total
	Argentina	Paraguai	Uruguai	
Diminui muito	15,6	1,5	6,0	7,5
2	26,9	8,5	36,0	23,7
3	37,6	76,5	42,0	52,4
4	10,8	8,0	13,0	10,6
Aumentou muito	2,7	0,5	0,5	1,2
NS	6,5	5,0	2,5	4,6
Total	(186)	(200)	(200)	(586)

Como se pode verificar, os argentinos são duas vezes mais numerosos do que os paraguaios e uruguaios juntos, entre os que respondem que o emprego diminuiu muito com o Mercosul. Entre os que respondem que o emprego nem diminuiu nem aumentou, os paraguaios equivalem à soma dos argentinos e uruguaios.

Quanto aos impactos do Mercosul sobre a economia de cada país, o otimismo é muito grande entre os argentinos, que tendem a avaliar os impactos como altos ou muito altos. Eles são seguidos por uruguaios e paraguaios, inclusive no que diz respeito a investimentos estrangeiros. No que diz respeito à dependência com relação ao Brasil, contudo, os argentinos tendem a avaliar o impacto do Mercosul muito menos importante do que os demais, ficando abaixo dos paraguaios.

Quadro 13 - Impactos do Mercosul sobre os investimentos estrangeiros e a interdependência dos países do Cone Sul com relação ao Brasil, numa escala de 1 a 5, onde 1 significa “diminuiu muito” e 5 “aumentou muito”. (%)

Investimentos estrangeiros	1	2	3	4	5
Argentina	2,1	6,7	21,0	38,5	24,1
Uruguai	1,0	8,5	32,5	50,0	6,0
Paraguai	0,5	2,5	78,0	13,0	1,0
Dependência para com o Brasil					
Argentina	0,5	4,6	22,6	31,8	34,9
Uruguai	0,0	0,5	14,0	46,0	39,0
Paraguai	0,0	2,0	18,5	55,5	22,5

No quadro podemos, de fato, observar a inversão da posição dos países na avaliação dos impactos do Mercosul. Na avaliação do aumento ou diminuição dos investimentos estrangeiros, como nos demais impactos econômicos, os países se alinham do Paraguai à Argentina em termos de otimismo crescente, com os paraguaios se concentrando no nível médio da escala (3, numa escala de 1 a 5), os uruguaios no nível médio-alto (4 na mesma escala) e os argentino relativamente mais concentrados no nível mais elevado (5). Já o aumento da dependência com relação ao Brasil, os argentinos são relativamente os mais numerosos a responder que essa dependência diminuiu ou não diminuiu nem aumentou (quase 30% dos entrevistados). Os paraguaios que, nos itens referentes aos impactos econômicos são os mais pessimistas, aqui avaliam num nível mais alto o aumento da dependência com relação ao Brasil, tendendo a responder que a dependência aumentou ou aumentou muito (78,0% dos entrevistados). Os uruguaios continuam destacando-se como os que percebem maiores impactos também neste item: 85,0% respondem que a dependência do Brasil aumentou ou aumentou muito.

4. Impactos do Mercosul sobre o Brasil

As mesmas perguntas destinadas a avaliar como nossos parceiros percebem os impactos do Mercosul sobre seus próprios países foram também feitas a respeito do Brasil. Aqui, também, essa percepção se revela bastante homogênea, não havendo diferenças entre setores da elite, que só vão aparecer entre os países.

Os impactos sociais do Mercosul sobre o Brasil, quanto ao nível de contrabando e de imigrações ilegais foram avaliados como médios para baixos, isto é, uma proporção significativa assinalou que tais itens não sofreram aumento ou tenderam a diminuir pouco. Quanto ao nível de emprego, entretanto, surpreendentemente 68% consideram que não diminuiu, e essa proporção só não é maior porque os setores não empresariais da sociedade civil, mais do que os outros, tenderam a avaliar como negativo o impacto do Mercosul sobre o emprego no Brasil. De fato, eles representam 15% dos que responderam que o emprego diminuiu ou diminuiu muito no Brasil enquanto a média dos demais - governo, partidos e empresários - foi de 8,9%.

Quanto aos impactos sobre a economia brasileira, eles são considerados de médios para altos. No caso da atração de investimentos, que mostramos na Tabela 13 por seu caráter exemplar, esses impactos foram considerados muito altos.

Tabela 13 - Avaliação do Impacto do Mercosul no Brasil para atração dos investimentos estrangeiros, por setores da sociedade (%)

	Setores da Sociedade				Total
	Governo	Partidos	Empresários	Intel/Sind	
Diminui muito	0,0	0,0	0,7	0,6	0,3
2	0,9	2,7	3,3	1,7	2,2
3	9,6	12,1	11,3	11,1	11,1
4	40,9	36,9	43,0	39,4	40,0
Aumentou muito	37,4	31,5	35,1	25,0	31,6
NS	11,3	16,8	6,6	21,7	14,6
Total	(115)	(149)	(151)	(180)	(595)

Como se pode notar, não se observam variações significativas entre os setores da elite, e a avaliação se concentra nas respostas ‘aumentou’ ou ‘aumentou muito’, com 71,6% das respostas. Em contraste, apenas 13,6% consideram que, com o Mercosul, o Brasil não aumentou a atração de investimentos estrangeiros.

Entre os países, como já foi assinalado, os dados mostram algumas diferenças significativas. Os *argentinos* tendem a ser pessimistas na parte social e otimistas na parte econômica, com exceção da atração de investimentos, que segundo 21,0% dos entrevistados desse país não aumentou no Brasil com o Mercosul, comparados com 6,7% apenas dentre os *paraguaios* e os *uruguaios* a darem a mesma opinião. Em contraste, 74,5% dos *paraguaios* e 77,5% dos *uruguaios* consideram que aumentou a atração de investimentos estrangeiros pelo Brasil.

Na parte social, os *uruguaios* estimam que não houve grandes alterações no Brasil, mas na parte econômica, sobretudo em termos de atração de investimentos, são muito otimistas. Os *paraguaios* seguem em geral os *uruguaios*. Daremos em seguida os dados referentes ao Uruguai, ilustrando esse tema. Ver quadros 14 e 15.

Quadro 14 - Impacto do Mercosul no Brasil sobre os itens sociais (%):*

	<i>não diminuiu, nem aumentou</i>	<i>aumentou</i>	<i>aumentou muito</i>
Emprego	51,5	21,0	2,5
Contrabando	43,0	6,5	1,5
Imigrações ilegais	48,5	8,0	1,0

*Inclui apenas a sub-amostra de uruguaios

Como se vê, em todos os itens referentes a impactos sociais, praticamente a metade dos uruguaios entrevistados acha que não houve aumento ou diminuição nesses fatores.

Quadro 15 - Impacto do Mercosul no Brasil sobre itens econômicos (%):*

	<i>não aumentou nem diminuiu</i>	<i>aumentou</i>	<i>aumentou muito</i>
Produção agrícola	47,5	25,5	5,0
Indústria de transformação	21,5	54,0	10,5
Serviços financeiros	29,5	46,0	11,0
Investimentos estrangeiros	14,5	49,5	28,0

* Inclui apenas a sub-amostra de Uruguaios

Como se pode notar no Quadro 15, a metade dos entrevistados uruguaios se concentra agora na resposta 'aumentou' ao contrário dos impactos sociais. A exceção ocorre com respeito à produção agrícola, mas mesmo nesse item apenas 22% estimam que houve diminuição da produção agrícola decorrente do Mercosul. Em contraste, quase 80%

consideram que aumentou ou aumentou muito a atração de investimentos estrangeiros pelo Brasil.

5. Euforia da integração

Duas questões, igualmente aplicadas a cada país e ao Brasil, propiciam uma medida geral de otimismo e pessimismo com relação aos impactos globais do Mercosul. Na primeira, perguntou-se se o Mercosul irá melhorar ou piorar o nível geral de vida da população de cada país. Na segunda, se o Mercosul acarretaria uma aceleração ou um retardo do crescimento econômico de cada país. As mesmas perguntas foram colocadas com relação ao nível geral de vida da população brasileira e ao ritmo de crescimento econômico do Brasil.

O otimismo é tal que nos autoriza a falar em euforia da integração. Nada menos de 76,0% dos entrevistados respondeu que o nível de vida de seu país irá melhorar com o Mercosul e uma proporção ainda maior, 77,8%, respondeu que o crescimento econômico será acelerado. Para o Brasil, esses números são ainda maiores, 77,8% esperam melhor nível geral de vida para os brasileiros, e 83,7% esperam crescimento econômico mais acelerado.

Como nos demais aspectos já analisados, as diferenças por país também aqui se fazem sentir. Os uruguaiois são os mais otimistas em ambos os aspectos, nível de vida e crescimento. São também mais otimistas com o próprio crescimento e melhoria do nível de vida do que com relação ao Brasil.

Os argentinos seguem de perto os uruguaiois em termos de otimismo, e são também mais otimistas quanto ao próprio nível de vida do que com o da população brasileira, mas esperam menos crescimento do que o do Brasil. Já os paraguaiois, ao inverso, não apenas são os menos otimistas, como são menos otimistas com o próprio crescimento e nível de vida do que com o Brasil.

Quadro 16 - Porcentagem de entrevistados que responderam que o nível de vida da população de seu país e do Brasil irá melhorar (%)

	País do entrevistado		
	Paraguai	Argentina	Uruguai
Paraguai	70,5		
Argentina		73,3	
Uruguai			84,0
Brasil	91,0	70,3	72,0

Como se nota, o Quadro 16 evidencia o otimismo crescente que vai do Paraguai ao Uruguai, e se inverte com relação ao Brasil. A diferença de otimismo com relação ao Brasil é proporcional ao auto-otimismo dos dois países. No caso do Paraguai, além da inversão, que os torna mais otimistas em relação ao Brasil, essa diferença é desproporcional quando comparada com os dois países, onde varia entre 3 e 8 pontos percentuais. No Paraguai a diferença, a favor do Brasil, é de 20,5 pontos percentuais.

Quadro 17 - Porcentagem de entrevistados que responderam que o crescimento econômico de seu país e do Brasil irá se acelerar

	País do entrevistado		
	Paraguai	Argentina	Uruguai
Paraguai	71,5		
Argentina		79,0	
Uruguai			83,0
Brasil	92,5	82,6	76,0

No caso da aceleração do crescimento, a ordem crescente de otimismo em relação ao próprio país se repete, mas se inverte com relação à expectativa de crescimento econômico do Brasil. A ordem crescente de otimismo com o próprio país, que vai do Paraguai ao Uruguai se converte em otimismo decrescente com o Brasil, na mesma direção. Com isso, além dos paraguaios, os argentinos também são mais otimistas com relação ao Brasil do que com relação à própria Argentina.

6. Impactos da Globalização

De forma geral, os entrevistados são favoráveis à globalização, a grande maioria concorda que é um processo ao qual os países precisam se adaptar (92,7%) e que aumentará sua competitividade (65,9%). No entanto, para a maioria dos entrevistados é um processo que só beneficia os países ricos (60,8%).

Quando se segmenta a amostra pelos os setores da sociedade dos diferentes países, percebe-se uma polarização das opiniões entre de um lado os intelectuais, sindicalistas e outros setores não empresariais da sociedade civil – que são desfavoráveis ao processo de globalização – e, de outro lado, os setores empresarial e governamental – que são favoráveis à globalização.

Os intelectuais e sindicalistas são os mais negativos com relação ao processo de globalização, 70,6% deles acham que a globalização somente beneficia os países ricos. No setor governamental há uma polarização entre os que discordam e os que concordam com essa afirmação, 48,7% discordam e 47,0% concordam que a globalização só beneficia os ricos. Mas se compararmos com os outros setores pode-se perceber que o setor governamental é o que mais se mostra em desacordo com a frase.

O setor empresarial tende a ser favorável à globalização: 92,7% dos empresários responderam que a globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar e, para 78,1%, a globalização aumentará a competitividade dos países.

Quadro 18 – Porcentagem de entrevistados que concordam com as seguintes frases:

(Por setor da sociedade)

	<i>Setores da Sociedade</i>			
	<i>Governo</i>	<i>Partidos</i>	<i>Empresários</i>	<i>Intel/sindic</i>
Globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar	87,8	88,6	92,7	82,2
Globalização vai aumentar a competitividade dos países	73,9	63,1	78,1	52,8
Globalização somente beneficiará os países mais ricos	47,0	65,8	55,0	70,6

Com relação aos países as opiniões se dividem entre os favoráveis e os contrários à globalização. Os paraguaios são mais globalistas que os uruguaios e argentinos. Os argentinos, ao contrário, são mais temerosos dos efeitos da globalização, tendo uma posição mais negativa de que os outros países. Ver Quadro 19

Quadro 19 - Porcentagem de entrevistados que concordam com as seguintes frases:

(Por País)

	País do Entrevistado		
	Argentina	Paraguai	Uruguai
Globalização é uma mudança a que todos os países necessitam se adaptar	81,0	93,5	88,0
Globalização vai aumentar a competitividade dos países	56,4	75,0	66,0
Globalização somente beneficiará os países mais ricos	73,8	59,5	49,5

Entre os argentinos 16,9% dos entrevistados discordam da afirmação de que a globalização é um mudança à qual todos os países necessitam se adaptar, sendo que entre os paraguaios apenas 3% discordam dessa afirmação.

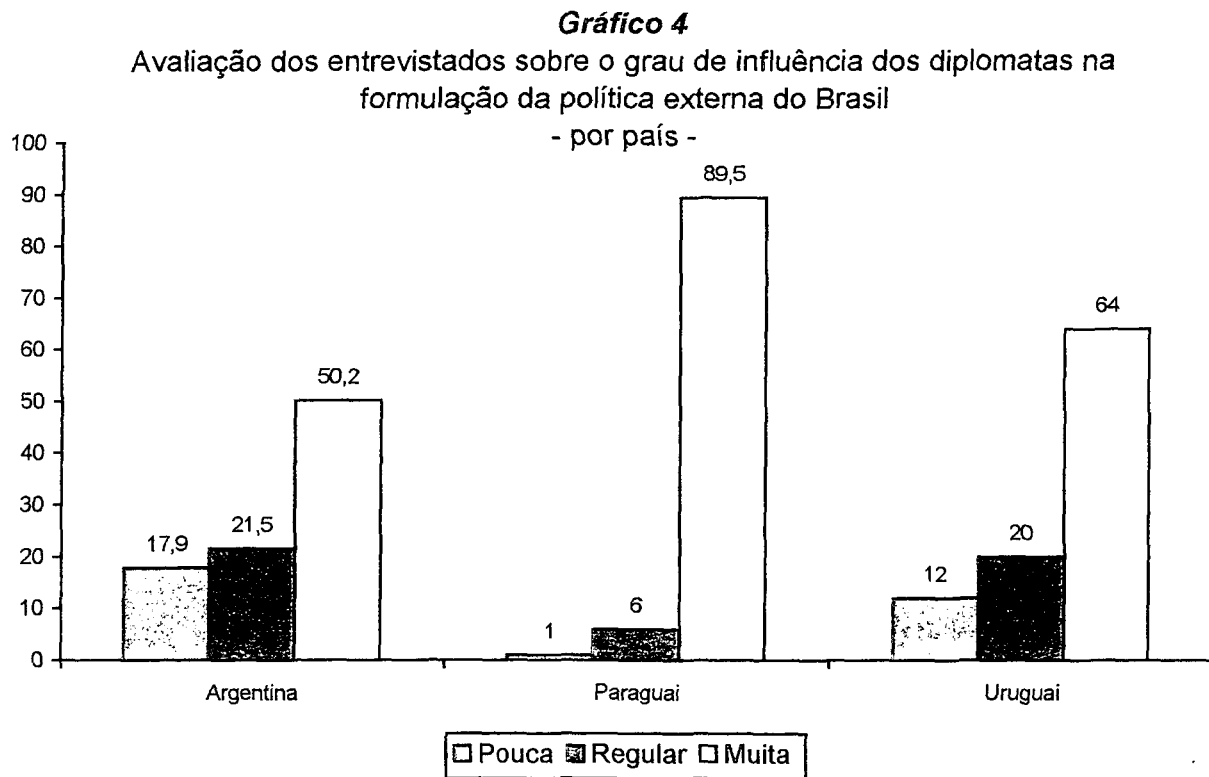
Sobre a competitividade que a globalização traz para os países, novamente os argentinos são os que mais discordam. Para 40% dos argentinos a globalização não aumentará a competitividade dos países, sendo que entre os paraguaios apenas 21% têm a mesma avaliação.

Entre os paraguaios 75% concordam que a globalização aumentará a competitividade dos países, proporção que cai para 66% entre os uruguaios. Já com relação à afirmação de que a globalização é um fenômeno que só beneficia os países ricos, metade dos uruguaios discorda, enquanto, entre os argentinos 73,8% afirmam, ao contrário, que a globalização só beneficia os países ricos.

I. FORMULAÇÃO E ALCANCE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

1. Influência dos Atores na Definição da Política Externa Brasileira

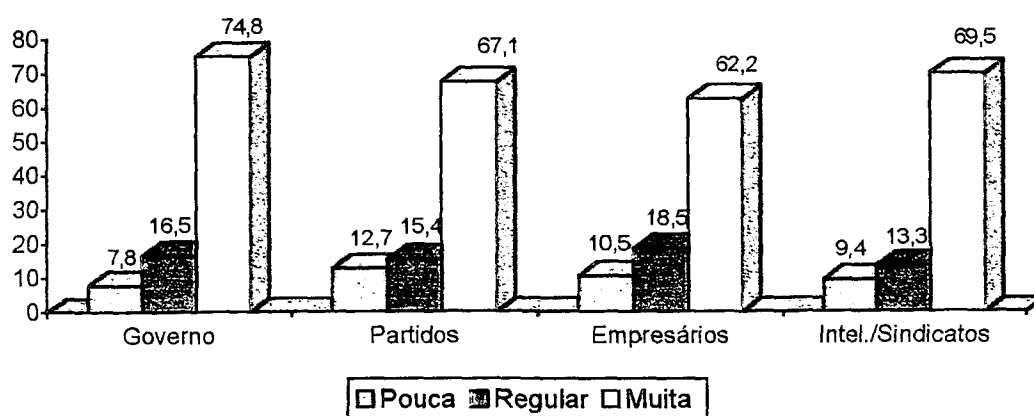
De uma forma geral, os entrevistados tendem a considerar que os diplomatas brasileiros exercem grande influência na definição da nossa política externa. Note-se que esta percepção, comparativamente, é muito mais acentuada no Paraguai do que na Argentina. Enquanto no Paraguai existe um claro reconhecimento dessa influência (89,5), na Argentina o mesmo índice é de 50,2 %. Ver Gráfico 4.



Também entre os diferentes setores da elite nota-se relativo equilíbrio, com ligeira predominância dos membros do governo. Em oposição, o setor empresarial da amostra pesquisada é o que menos vislumbra capacidade de influência dos diplomatas brasileiros na política externa do país. Ver Gráfico 5.

Gráfico 5

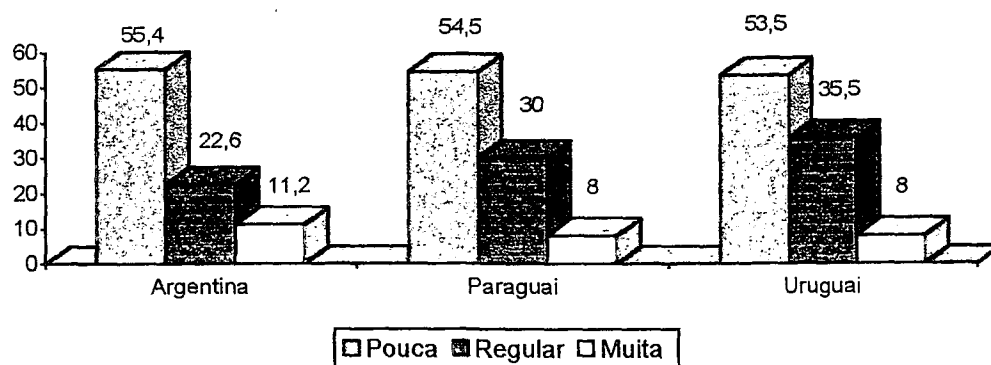
Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência dos diplomatas na
formulação da política externa do Brasil
- por setor -



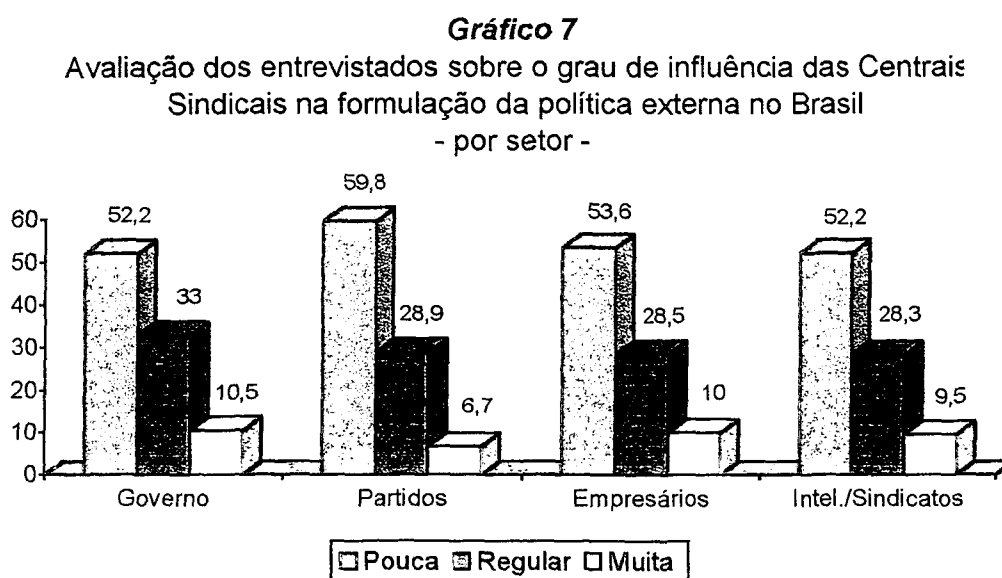
É interessante observar que, por oposição à influência dos diplomatas na definição da política externa brasileira existe uma tendência consensual de que as Centrais Sindicais têm baixa capacidade de influência. No gráfico 6, abaixo, praticamente não se observa diferenças entre as opiniões das elites dos países pesquisados.

Gráfico 6

Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência das Centrais Sindicais
na formulação da política externa no Brasil
- por país -



Entre os segmentos sociais analisados, também observa-se apenas uma pequena variação. Nesse caso, é o setor da amostra ligados aos partidos que apresenta o mais baixo reconhecimento da influência das Centrais Sindicais na formulação da política externa no Brasil. Ver Gráfico 7.



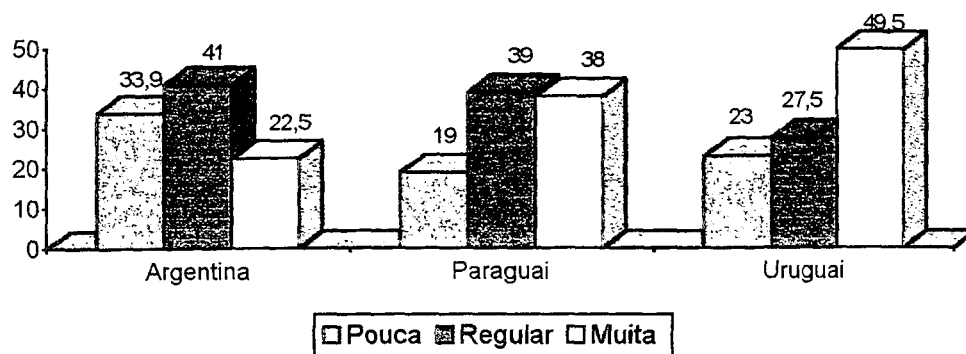
2. Influência Externa do Brasil

2.1 - Capacidade de Influência Externa (conflitos internacionais)

As elites de nossos parceiros do Cone Sul tendem a considerar que o Brasil tem de média a alta capacidade de influência na solução de conflitos internacionais. No entanto, na segmentação por países, são as elites do Uruguai que tendem a atribuir maior capacidade de influência ao Brasil, enquanto na Argentina essa avaliação é mais negativa. (Gráfico 8)

Gráfico 8

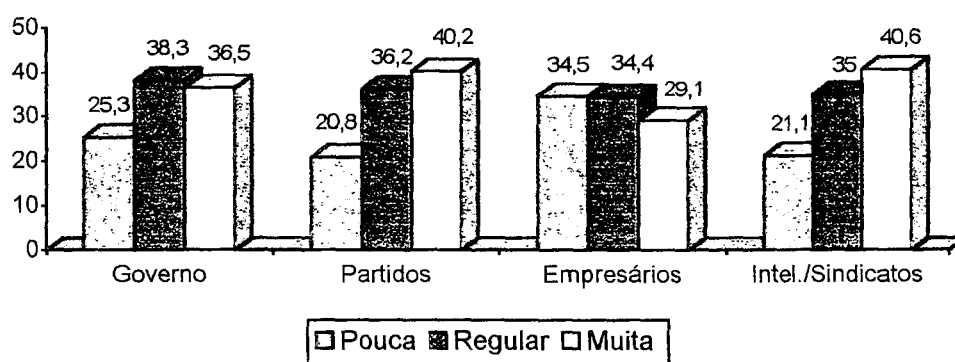
Avaliação dos entrevistados sobre o Brasil ter recursos econômicos e políticos para influenciar na resolução de conflitos internacionais - por país -



Entre os atores sociais mantém-se a tendência genérica de avaliação de uma capacidade média para alta, com exceção dos empresários que são mais céticos. Ao contrário, os intelectuais/sindicalistas e os políticos são os que mais admitem que o Brasil tenha maior capacidade de influência. Ver gráfico 9.

Gráfico 9

Avaliação dos entrevistados sobre o Brasil possuir recursos econômicos e políticos para influenciar na solução de conflitos internacionais - por setor -

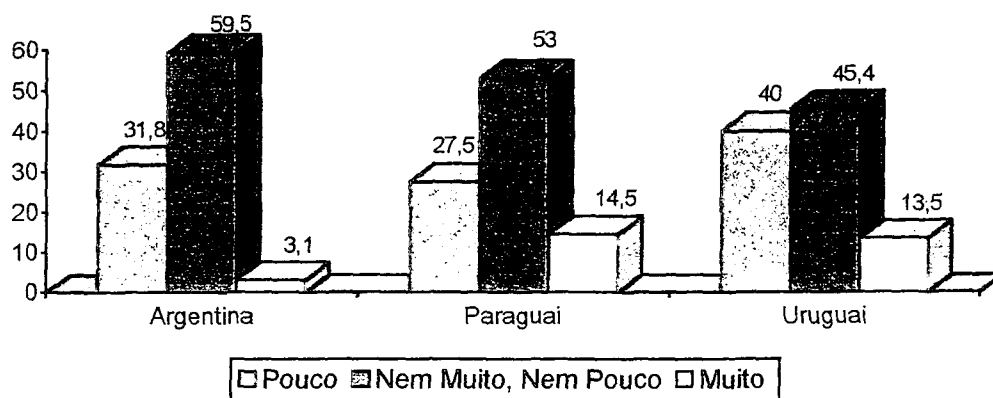


Porém, quando se passa do potencial de influência para o seu exercício efetivo, constata-se um consenso genérico de que o Brasil pouco tem influenciado na solução de conflitos internacionais. Quando se considera o país a que pertence o entrevistado (Gráfico

10), os uruguaios e paraguaios são os que atribuem maior influência externa efetiva do Brasil.

Gráfico 10

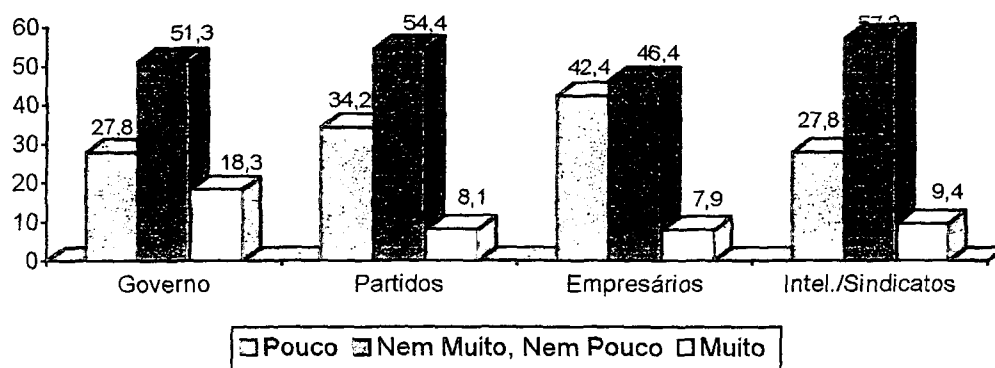
Avaliação dos entrevistados sobre quanto o Brasil tem efetivamente influenciado nas soluções dos conflitos internacionais - por país -



Com relação à distribuição dessa avaliação pelos setores que compõe a amostra (Gráfico 11), os membros do governo são os que mais avaliam que o Brasil tem efetivamente influenciado nas soluções dos conflitos internacionais.

Gráfico 11

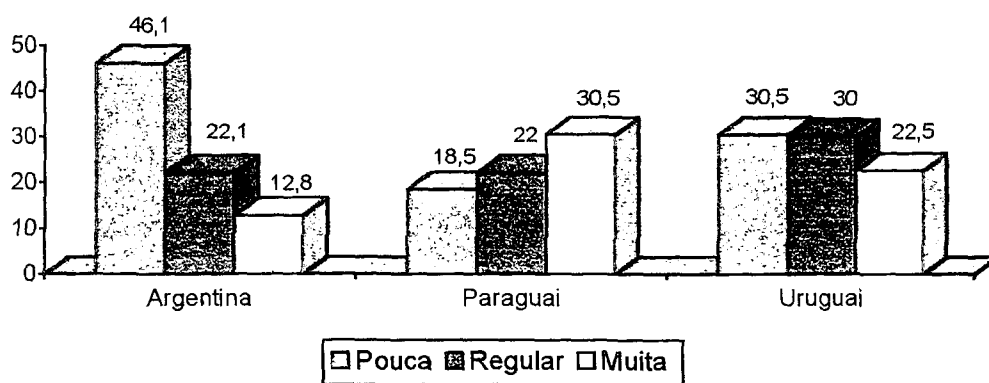
Avaliação dos entrevistados sobre o Brasil ter efetivamente influenciado na solução de conflitos internacionais - por setor -



2.2 - Influência na OMC

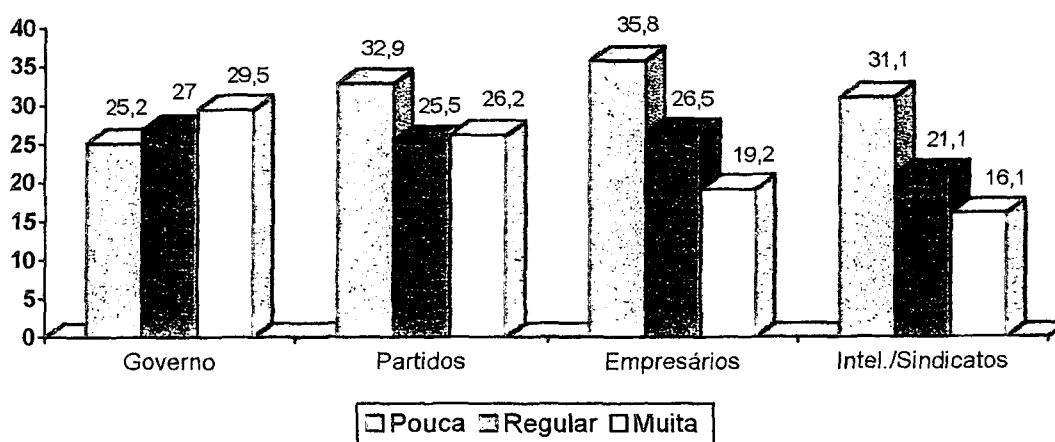
Avaliando-se a atuação do Brasil em relação à Organização Mundial do Comércio, constata-se inicialmente uma relativa divergência quanto ao papel exercido pelo Brasil no seu processo de constituição. O gráfico 12 mostra que os entrevistados do Paraguai avaliam com maior frequência que o Brasil teria tido participação de média para alta, os uruguaios tendem a considerá-la média, enquanto que na Argentina a percepção dominante é de que o Brasil teve baixa participação.

Gráfico 12
Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência do Brasil na criação da OMC
- por país -



Entre os diferentes setores da elite, ainda que se mantenha a percepção generalizada de baixa influência brasileira na criação da OMC, os representantes de Governo e parcialmente os de Partidos tendem a considerar que o Brasil teve um pouco mais de influência do que os empresários, intelectuais e sindicalistas. Ver gráfico 13.

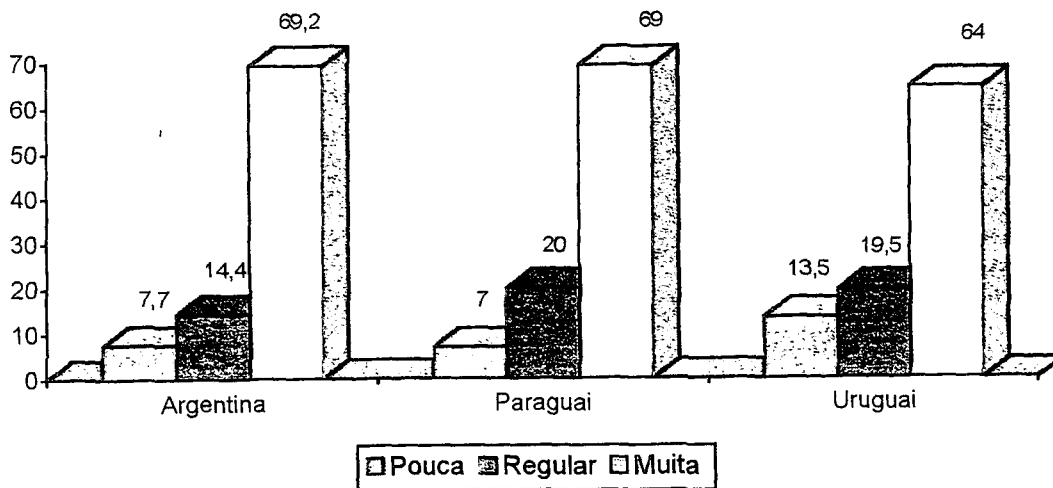
Gráfico 13
Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência do Brasil na criação da OMC
- por setor -



Já no funcionamento da OMC há uma percepção generalizada de que o Brasil tem uma atuação muito influente na defesa dos interesses do Mercosul. Nesse aspecto ganha destaque o fato dos argentinos serem aqueles que avaliam mais positivamente uma atuação do Brasil em favor do Mercosul, como se pode ver no gráfico 14.

Gráfico 14

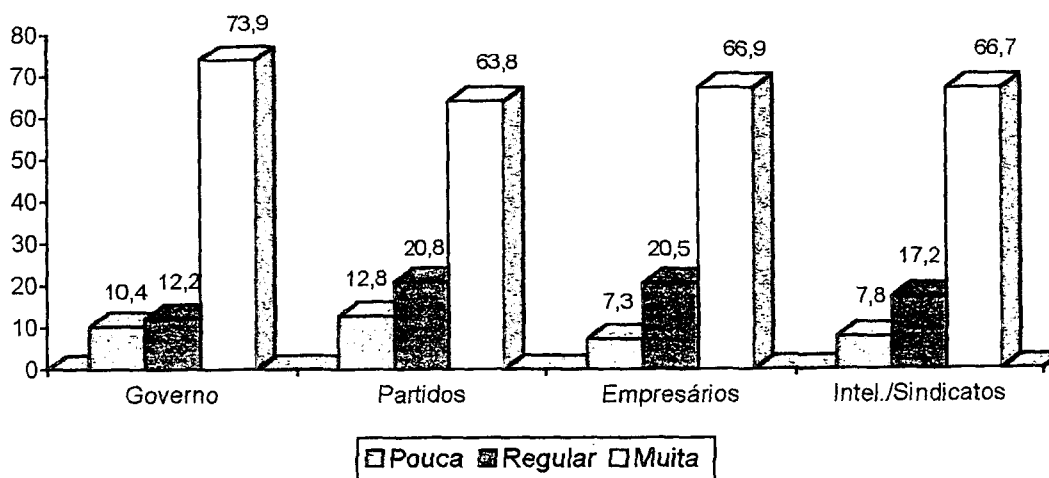
Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência do Brasil na OMC em favor dos interesses do Mercosul - por país -



Na análise por setores, é o governamental que aponta maior tendência a considerar, que o Brasil tem influenciado as negociações na OMC em favor do Mercosul. Ver gráfico 15.

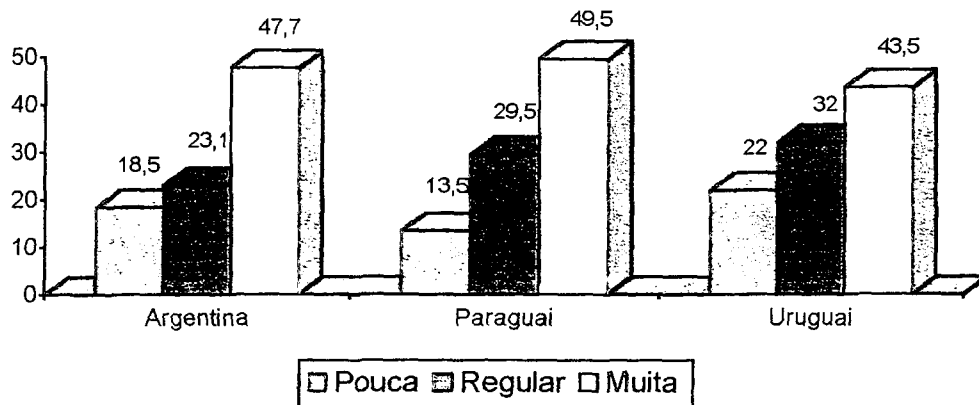
Gráfico 15

Avaliação dos entrevistados sobre o grau de influência do Brasil em favor dos interesses do Mercosul - por setor -



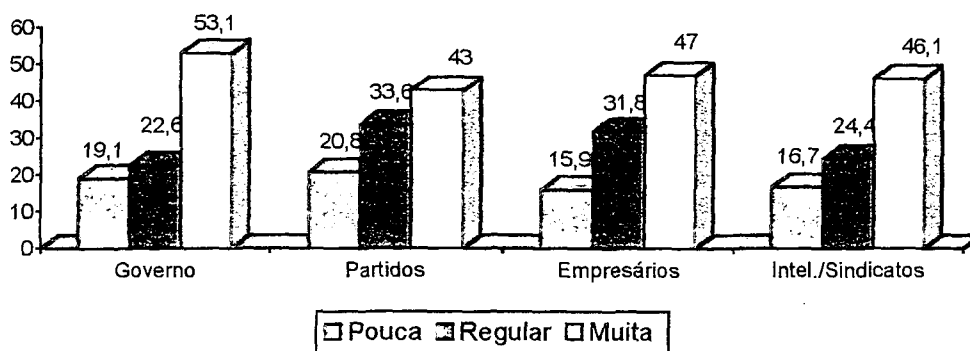
Ainda que de uma maneira menos acentuada do que em relação ao Mercosul, existe uma alta tendência a reconhecer que o Brasil busca influenciar as negociações na OMC em favor da América Latina. Neste caso, somando-se as respostas “regular” e “muita influência”, os paraguaios reconhecem esse papel do Brasil de maneira mais marcada. Ver gráfico 16.

Gráfico 16
Avaliação dos entrevistados sobre a influência do Brasil na OMC em favor dos interesses da América Latina
- por país -



No que diz respeito à distribuição por setor (Gráfico 17), mantém-se o padrão da questão relativa ao Mercosul. O setor governamental é o que mais percebe uma influência brasileira favorável à América Latina.

Gráfico 17
Avaliação dos entrevistados sobre a influência do Brasil na OMC em favor dos interesses da América Latina
- por setor -



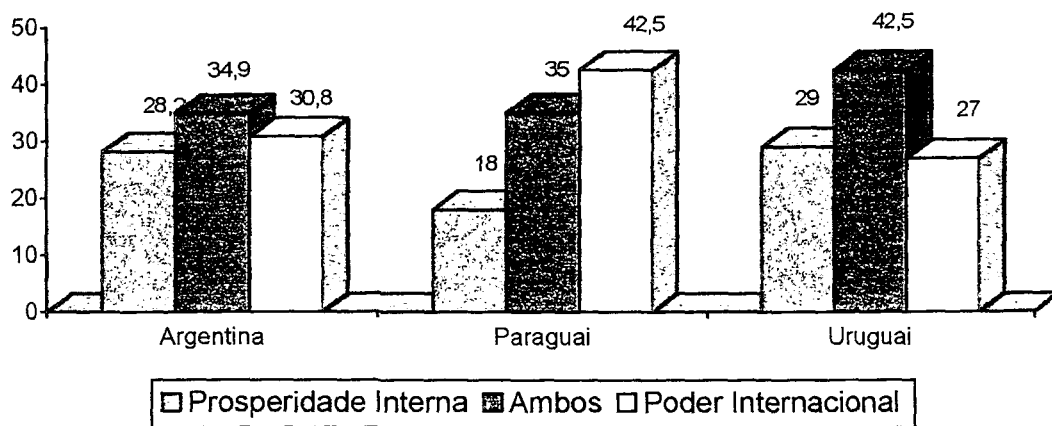
2.3 - Objetivos da ação externa

Procurou-se analisar se as elites do Mercosul avaliam as ações externas brasileiras como primordialmente direcionadas à busca de resultados que possibilitem a satisfação de objetivos internos, ou seja a *prosperidade do país*, ou ao objetivo externo de ampliação de seu *poder internacional*. Inegavelmente há uma percepção generalizada de que a maior parte das ações externas brasileiras tendem a estar direcionadas para o objetivo de ampliação de seu poder internacional. Essa percepção mostra-se, no entanto, com nuances diferenciadas entre os diversos atores avaliados.

Como podemos verificar no gráfico 18, abaixo, no Uruguai observa-se um relativo equilíbrio entre as duas formas de atuação, enquanto no Paraguai a principal tendência é a considerar que o Brasil está relativamente mais voltado para a ampliação de seu poder externo. Já na Argentina, pode-se igualmente raciocinar com a existência de um equilíbrio tendendo mais para a perspectiva de realce do poder internacional, embora em menor medida do que no Paraguai.

Gráfico 18

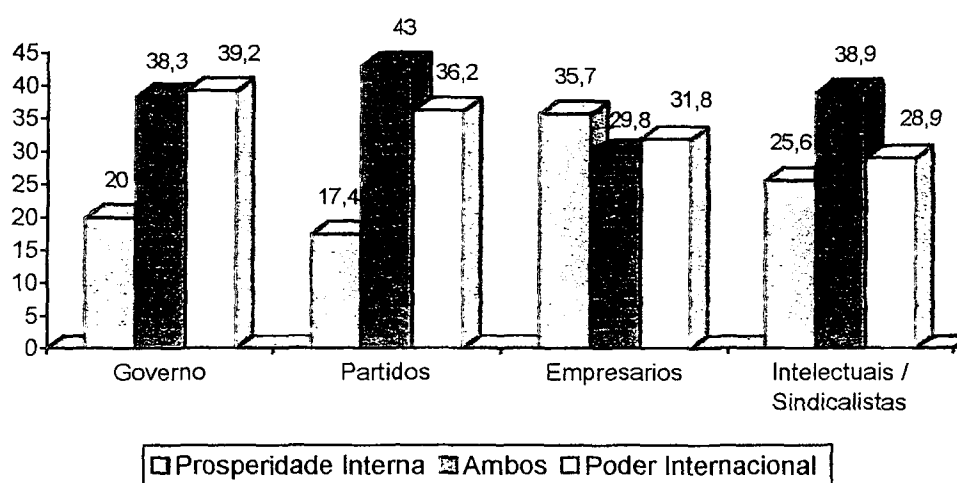
Avaliação dos entrevistados sobre os objetivos da atuação internacional do Brasil
- por país -



Entre os diferentes atores sociais, pode-se constatar que os empresários tendem a considerar as atuações brasileiras como dirigidas para o objetivo de prosperidade interna, enquanto os funcionários governamentais posicionam-se mais favoravelmente à percepção de uma racionalidade mais voltada para uma política de poder do que para objetivos desenvolvimentistas. De outro lado, tanto os políticos quanto os intelectuais e sindicalistas visualizam mais um equilíbrio entre os dois posicionamentos. Ver gráfico 19.

Gráfico 19

Avaliação dos entrevistados sobre os objetivos da atuação internacional do Brasil
- por setor -

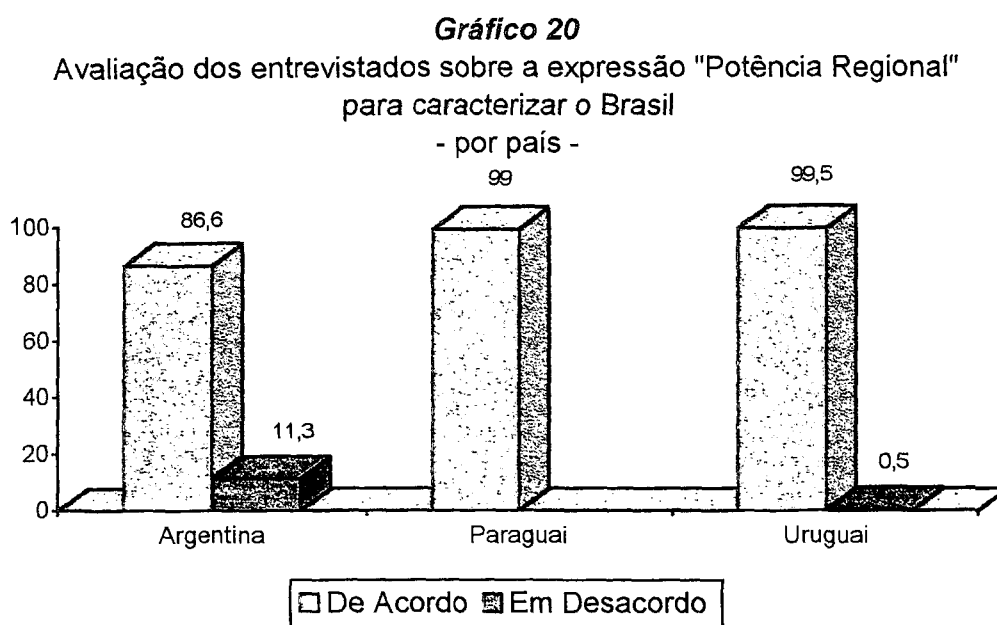


3. Liderança regional e extra-regional

3.1 - Papel regional do país

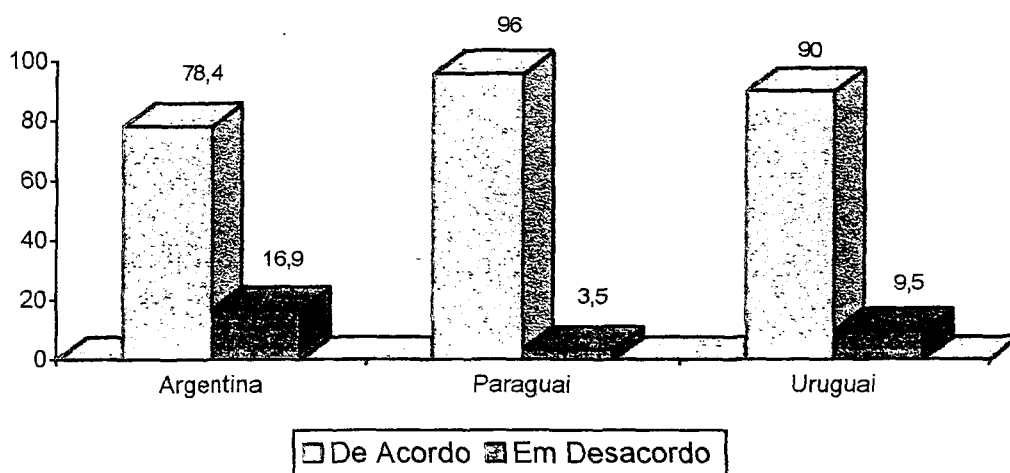
As elites entrevistadas nos países analisados demonstram uma total concordância com a avaliação de que o Brasil é ao mesmo tempo uma potência e uma liderança regional. Na realidade, não se percebem discordâncias quanto a essa classificação, cabendo somente realçar que ela é mais freqüente entre as elites paraguaias e uruguaias do que entre as argentinas.

Como se pode ver no gráfico 20, as elites argentinas em seu conjunto, são as que mais discordam de que o Brasil seja uma potência regional (11,3%), quando comparada com as opiniões dos outros dois países.



O gráfico 18, abaixo, mostra uma tendência semelhante entre os argentinos, no sentido de se tornarem dos demais vizinhos na avaliação do papel de liderança regional no Brasil. Como se vê, 17% das elites argentinas discordam de que a expressão "líder regional" caracterize concretamente o Brasil, contra cerca de 4% dos paraguaios e 10% dos uruguaios.

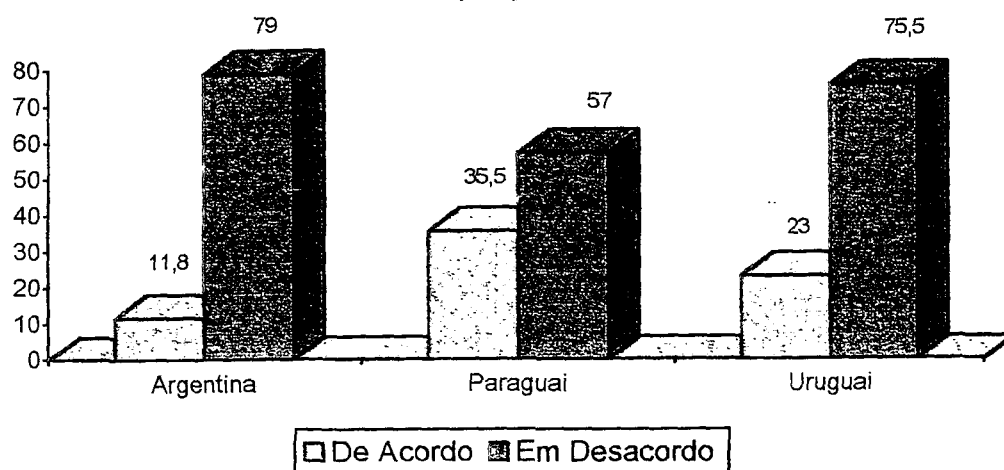
Gráfico 21
Avaliação dos entrevistados sobre a expressão "Líder Regional" para
caracterizar o Brasil
- por país -



Pode-se afirmar, portanto, que o reconhecimento do papel de liderança regional do Brasil é consensual entre os nossos parceiros do Mercosul, embora com menor intensidade entre os argentinos. Por outro lado, os dados referentes aos diferentes setores da elite mostram resultados análogos, dispensando sua repetição.

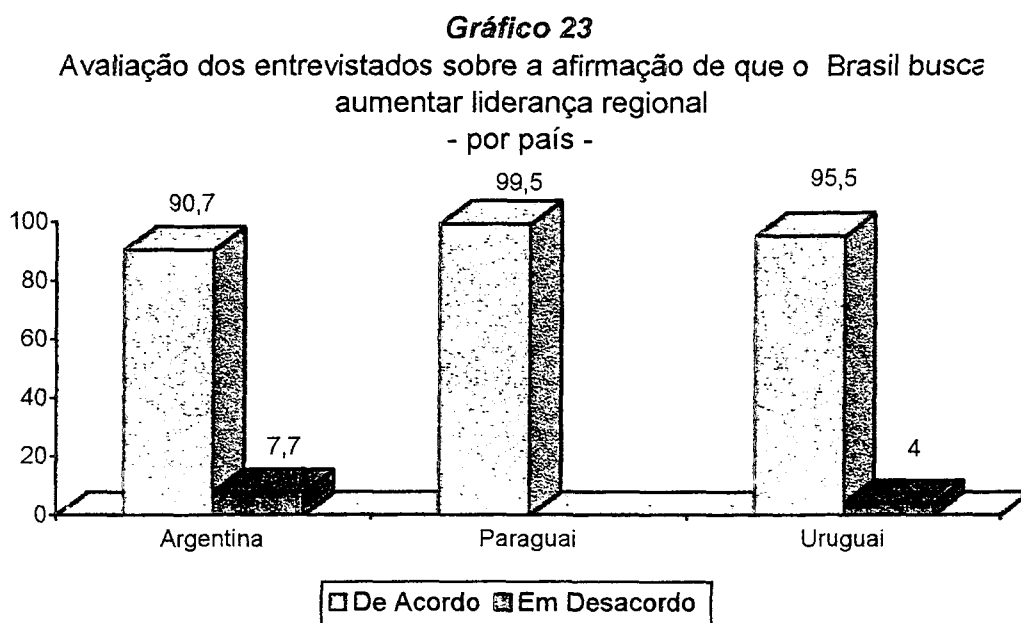
Se há o reconhecimento de uma liderança brasileira no contexto regional, o mesmo não se observa com relação ao contexto internacional. De uma forma geral, os entrevistados tendem a considerar que o Brasil não detém liderança entre os países do Terceiro Mundo. No caso dos paraguaios, ainda que a maioria (57%) compartilhe dessa opinião, uma proporção significativa (36%) atribui ao Brasil uma liderança no terceiro mundo. Com relação à liderança brasileira entre os países emergentes, as atitudes da elite do Cone Sul em geral seguem a mesma tendência, sem variação significativa por país ou por setor da elite. Ver gráfico 22.

Gráfico 22
Avaliação dos entrevistados sobre a expressão "Líder do Terceiro Mundo" para caracterizar o Brasil
- por país -



3.2 Objetivos da Atuação Internacional

Com o objetivo de avaliar a percepção das elites sobre a forma, bem como sobre os objetivos da atuação brasileira no âmbito da América do Sul, aplicou-se uma bateria de perguntas direcionadas a propósitos cooperativos, como a promoção do desenvolvimento econômico regional e a paz regional. Outro conjunto de perguntas visava detectar a percepção de uma atuação brasileira com propósitos especificamente políticos, tais como liderança, hegemonia e mesmo pretensões expansionistas. Ver gráfico 23

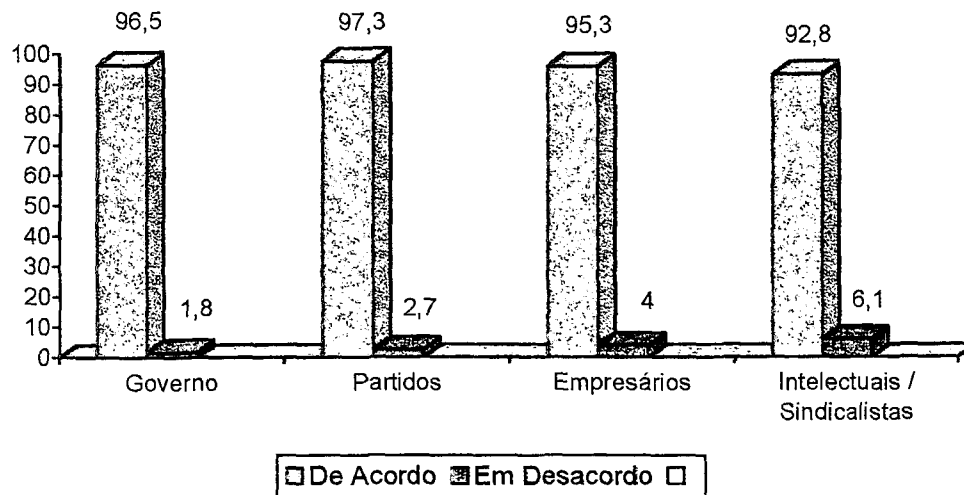


A quase totalidade dos entrevistados, independentemente do país de origem, acredita que o Brasil tem a intenção de aumentar sua liderança regional no âmbito da América do Sul. Nesse sentido, transparece com clareza o reconhecimento de uma liderança brasileira na região e, mais do que isso, a percepção de que o Brasil não pretende abrir mão de sua liderança mas, pelo contrário, pauta sua ação regional pelo objetivo de ampliá-la. Esses dados confirmam a tendência anteriormente mencionada de perceber os objetivos da política externa brasileira voltados principalmente para a busca de resultados que possibilitem a satisfação de anseios de prosperidade, sem prejuízo da ampliação de poder internacional.

Quando se considera o setor da elite a que pertence o entrevistado, os resultados são análogos, não se nota variação significativa por país. Ver gráfico 24.

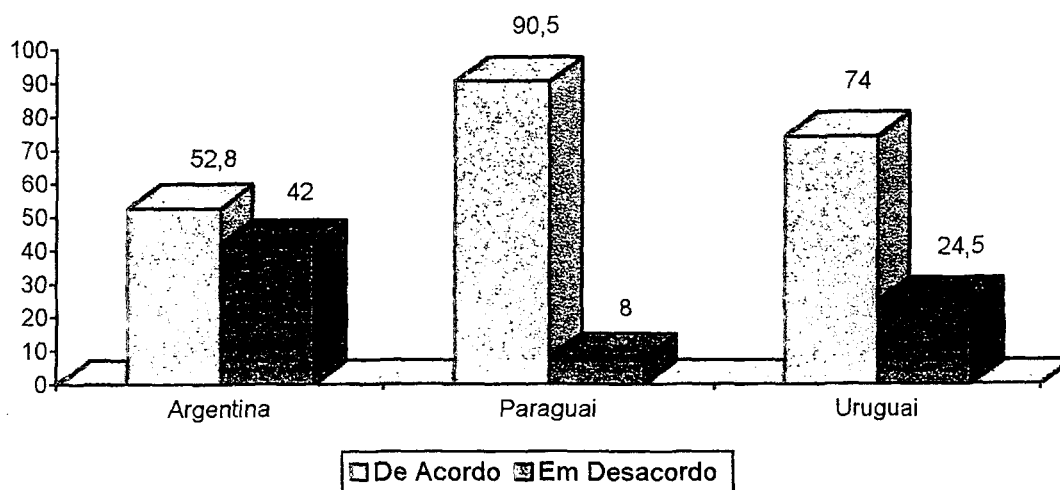
Gráfico 24

Avaliação dos entrevistados sobre a afirmação de que o Brasil busca aumentar sua liderança regional
- por setor -



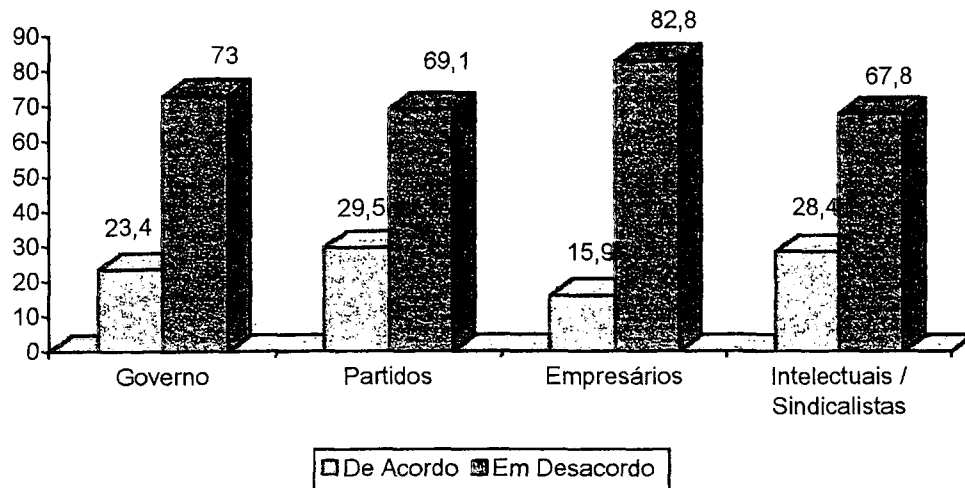
Outra questão relevante a respeito do objetivo brasileiro de ampliar seu poder internacional e sua liderança regional na América do Sul diz respeito à hegemonia regional. A percepção generalizada entre as elites do Cone Sul é de que nossa política externa busca à hegemonia regional: 75% dos entrevistados estão total ou parcialmente de acordo com essa afirmação, proporção que sobe para 90% entre os paraguaios. Note-se, no entanto, que os argentinos se mostram divididos entre os que atribuem ou não pretensões hegemônicas ao Brasil. Ver gráfico 25 (as respostas analisadas por setor não apresentam variação significativa, dispensando a repetição).

Gráfico 25
Avaliação dos entrevistados sobre a afirmação de que o Brasil procura
exercer hegemonia regional
- por país -



Uma maioria relevante de entrevistados (75% em média) mostra-se contraria à idéia de que o Brasil mantém objetivos expansionistas, de anexação de territórios, em sua política exterior. Apesar da clareza dessa percepção, é importante ressaltar que aproximadamente um quarto dos entrevistados ainda enxerga intenções expansionistas no Brasil, sendo que esse receio encontra-se, ainda que em baixa escala, tendencialmente um pouco mais realçado entre os membros de Partidos e entre os intelectuais e sindicalistas. Na avaliação por país não se observa variações significativa. Ver gráfico 26.

Gráfico 26
 Avaliação dos entrevistados sobre a afirmação de que o Brasil tem
 objetivos expansionistas (crescimento territorial)
 - por setores -

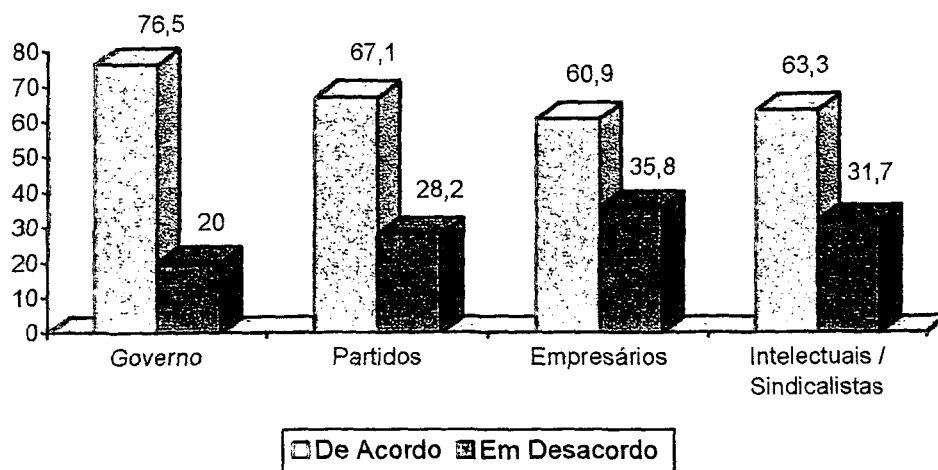


Por outro lado, a percepção geral é de que o Brasil envia esforços para cooperar com o desenvolvimento econômico regional. (Ver gráfico 27) No entanto, quando se desagrega as respostas “total” ou “parcialmente” de acordo, a resposta de longe mais frequente é a dos que estão “parcialmente” de acordo com a prioridade brasileira para o desenvolvimento regional (52%), enquanto cerca de um terço discordam total ou parcialmente. Isto sugere que essa crença está condicionada a determinadas ressalvas, ou mesmo inquietações sobre a conduta brasileira. Nossa hipótese é de que essas inquietações decorrem da percepção de que o papel externo do Brasil se direciona prioritariamente para objetivos políticos, ou seja a ampliação de poder internacional ou de liderança regional

Na comparação por país não se observam diferenças significativas na distribuição das respostas. Porém, ao se analisar a questão por setores da elite, nota-se uma tendência dos membros do governo acreditarem mais na intenção do Brasil de cooperar para o desenvolvimento econômico regional, enquanto o segmento empresarial é o que menos acredita nisso. (Gráfico 27)

Gráfico 27

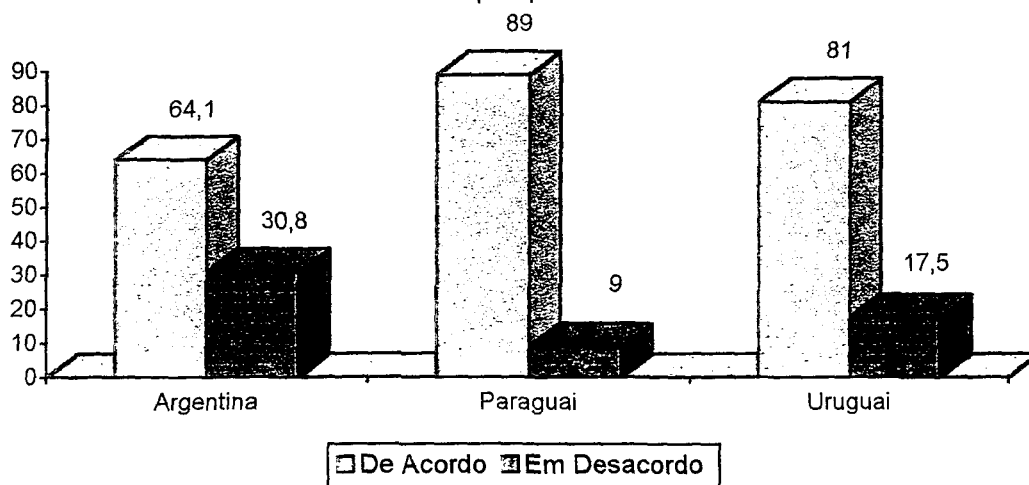
Avaliação dos entrevistados sobre a afirmação de que o Brasil busca cooperar para a o desenvolvimento econômico regional
- por setor -



É da mesma natureza a percepção, de que o Brasil atua internacionalmente em defesa da promoção da paz entre os diferentes Estados. É interessante observar que, comparativamente, essa tendência é menor na Argentina. Ver gráfico 28, abaixo.

Gráfico 28

Avaliação dos entrevistados sobre a afirmação de que o Brasil busca cooperar para uma convivência pacífica entre os povos
- por país -



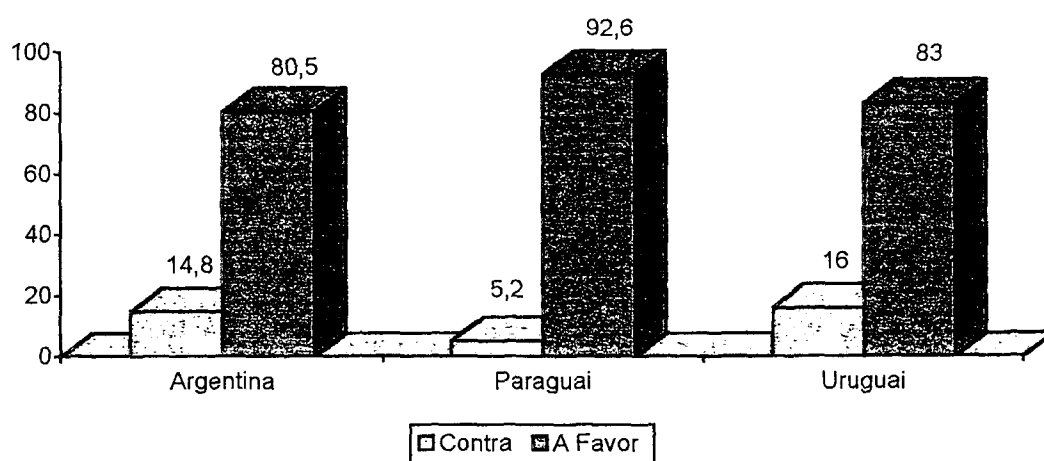
3.3 - Participação no Conselho de Segurança da ONU

Considerando-se a possibilidade de alguns países serem membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, procurou-se obter informações sobre como as elites de nossos vizinhos do Cone Sul encaram essa possibilidade. Não se observa nenhum grau de oposição significativa à presença de países do Mercosul e outros países latino-americanos, um ou outro desses países nesse Conselho.

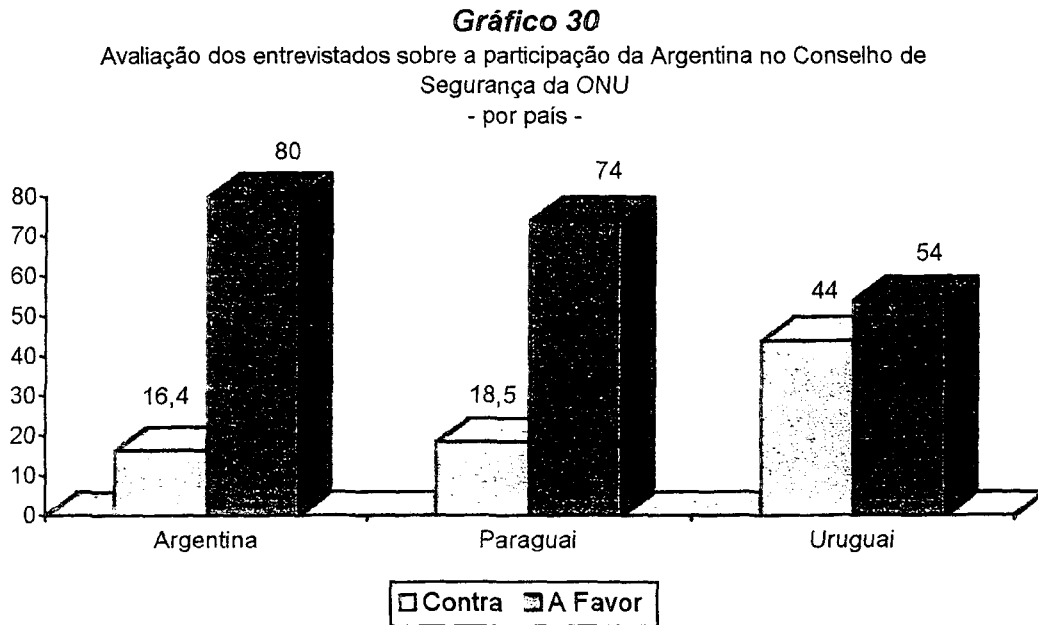
A presença do Brasil aparenta ser bem aceita qualquer que seja o país ou o setor de elite considerado.

Gráfico 29

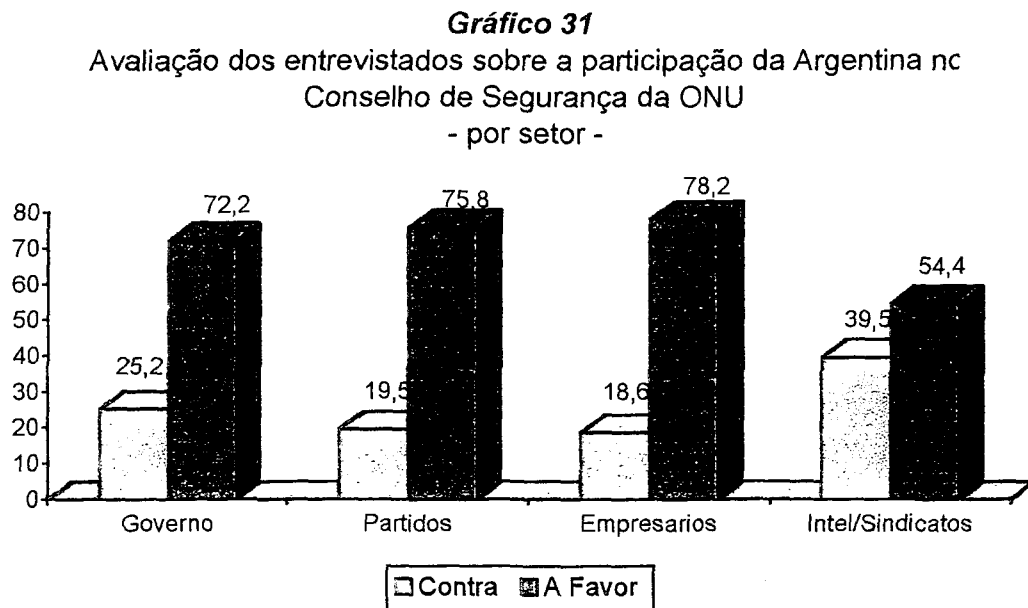
Avaliação dos entrevistados sobre a participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU
- por país -



No que tange à possibilidade da Argentina vir a compor o Conselho de Segurança da ONU em caráter permanente provoca maior índice de rejeição no Uruguai, com maior apoio na própria Argentina. Ver gráfico 30.

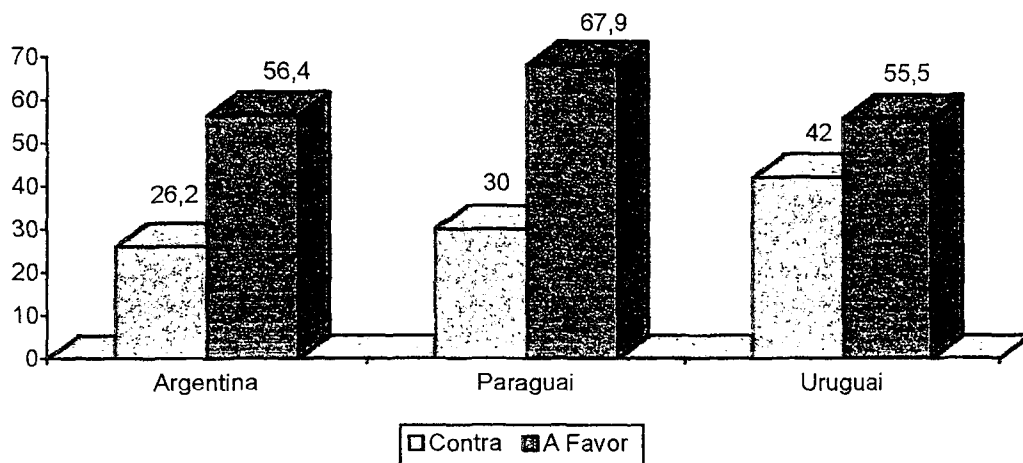


Já quando se considera os diferentes setores da elite do Cone Sul, a única variação significativa ocorre entre os intelectuais e sindicalistas. Ver gráfico 28, abaixo.



A participação do México, ainda que conte com opinião favorável, mostra-se relativamente bem menos aceita do que a do Brasil e da Argentina, indicando a provável preferência por um representante do Cone Sul. Os Paraguaiois se destacam dos demais em mostrando-se mais favoráveis à presença mexicana do que os demais

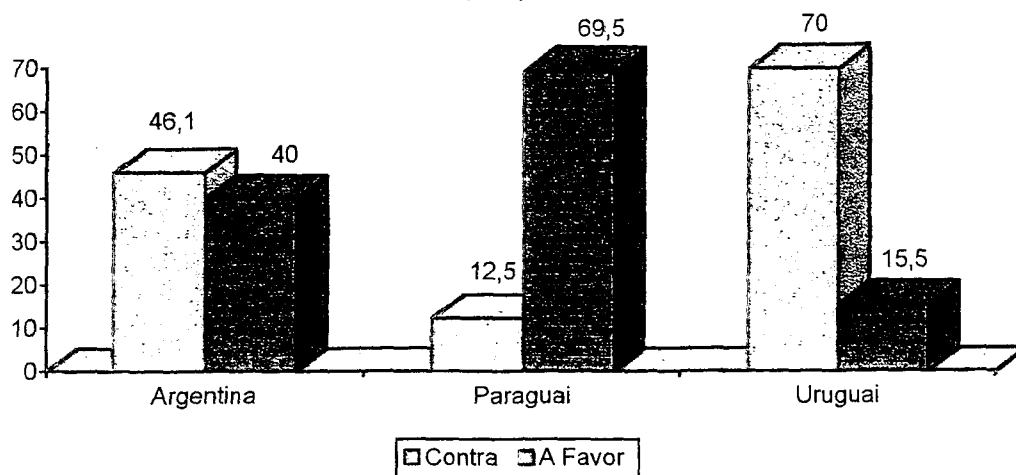
Gráfico 32
Avaliação dos entrevistados sobre a participação do México no Conselho de Segurança da ONU
- por país -



Procurou-se igualmente aferir como as elites do Mercosul avaliavam as declarações do governo argentino contrárias à pretensão brasileira de aceder ao Conselho de Segurança.

É interessante observar (Gráfico 33) que somente na Argentina existe uma divisão entre os que apoiam (40%) e condenam (46%) a declaração do governo argentino, possibilitando aventar a hipótese de que as elites argentinas manifestam algum receio quanto ao acesso do Brasil, enquanto que as elites dos dois outros países são francamente sucetíveis à atitude do governo argentino. De fato, 70% dos uruguaios e paraguaios se posicionaram contra a declaração do governo argentino.

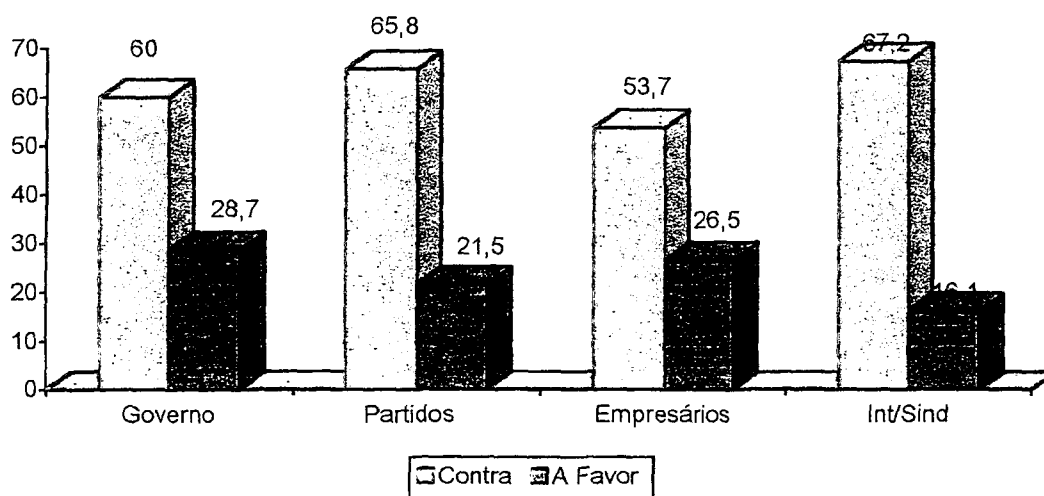
Gráfico 33
Avaliação dos entrevistados sobre as Declarações da Argentina contra
Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU
- por país -



Quando se refere ao setores da elite observa-se tendência semelhante, contrária a crítica argentina às pretensões brasileiras.

Gráfico 34

Avaliação dos entrevistados sobre as Declarações da Argentina contra
Candidatura Brasileira ao Conselho de Segurança da ONU
- por setor da sociedade -



O gráfico 34, acima, mostra que cerca de 2/3 dos entrevistados, com exceção dos empresários, desaprova a pretensão assumida pelo governo argentino. Entretanto, cabe notar que pouco mais de 1/4 das elites governamentais e empresariais tendem a concordar com as restrições feitas ao acesso do Brasil a membro permanente do CSNU.

Esse conjunto de avaliações reforça consideravelmente a noção de uma liderança consensual e benigna, cuja atuação é encarada como predominantemente corporativa e em benefício da região.